



UNIVERSIDADE CATÓLICA PORTUGUESA
FACULDADE DE TEOLOGIA
Instituto Universitário de Ciências Religiosas

MESTRADO EM CIÊNCIAS RELIGIOSAS
Especialização: Educação Moral e Religiosa Católica

ANTÓNIO FILIPE RODRIGUES COSTA

A Fraternidade

Análise filosófico-teológica e pedagógico-didática da Unidade Letiva 5 do Programa de Educação Moral e Religiosa Católica do 5º ano de escolaridade.

**Relatório Final da Prática de Ensino Supervisionada sob orientação de:
Prof. Doutor Jorge Teixeira da Cunha**

Porto
2012



UNIVERSIDADE CATÓLICA PORTUGUESA
FACULDADE DE TEOLOGIA
Instituto Universitário de Ciências Religiosas

MESTRADO EM CIÊNCIAS RELIGIOSAS
Especialização: Educação Moral e Religiosa Católica

ANTÓNIO FILIPE RODRIGUES COSTA

A Fraternidade

Análise filosófico-teológica e pedagógico-didática da Unidade Letiva 5 do Programa de Educação Moral e Religiosa Católica do 5º ano de escolaridade.

**Relatório Final da Prática de Ensino Supervisionada sob orientação de:
Prof. Doutor Jorge Teixeira da Cunha**

Porto
2012

Dedico este trabalho

aos meus filhos

*pela sua alegria e pela
enorme motivação que para
mim representam*

à minha esposa

*pelo seu incondicional
apoio, pela compreensão
e pelo carinho*

Agradecimentos

Agradeço muito reconhecidamente ao Professor Doutor Jorge Teixeira da Cunha pela orientação deste trabalho e por ter colocado ao meu dispor a sua douta sapiência e disponibilidade na realização deste relatório.

Aos professores que lecionaram as disciplinas deste curso de mestrado, pelos douts saberes que partilharam e transmitiram.

Aos meus colegas de mestrado, de forma especial àqueles com quem trabalhei mais de perto, pelo apoio manifestado.

Aos doutores Francisco Guimarães e Berta Silva, pelo seu apoio e empenho na orientação da prática pedagógica supervisionada.

Ao Doutor Padre Samelo e ao Doutor José Dias, pela partilha de saberes.

Ao Colégio S. Teotónio, na pessoa do seu Diretor, pelo incentivo, compreensão e apoio.

Aos meus pais, pelo exemplo de vida, pela educação que me proporcionaram e pelo amor que me tributam.

À minha esposa e aos meus filhos, pela compreensão dos momentos em que não estive presente, pelo apoio e pelo amor que me dedicam.

Índice

INTRODUÇÃO	3
CAPÍTULO I	6
A FRATERNIDADE: ANÁLISE FILOSÓFICA E TEOLÓGICA	6
1. Conceito e caracterização	6
1.1 Definição de fraternidade	6
1.2 Evolução histórica do conceito de fraternidade.	9
1.2.1 Fraternidade no Antigo Testamento	9
1.2.2 Fraternidade no Novo Testamento	10
1.2.3 A Revolução Francesa e a tríade: Liberdade, Igualdade e Fraternidade	12
1.2.4 A Declaração Universal dos Direitos Humanos	15
1.3 Semântica da fraternidade	17
1.3.1 A solidariedade	17
1.3.2 O dom e a gratuidade	19
2. Fundamentação antropológica e teológica	21
2.1 Objetivamente mais do que irmãos	21
2.2 Unidade ontológica do ser humano	23
2.3 A paternidade como base da fraternidade universal	26
3. A solidariedade, o dom e a gratuidade como concretizações da fraternidade na encíclica <i>Caritas in Veritate</i>	28

CAPÍTULO II	31
A FRATERNIDADE: ANÁLISE PEDAGÓGICA E DIDÁTICA	31
1. Oportunidade da temática “A fraternidade”	31
1.1 Do ponto de vista curricular	31
1.2 Do ponto de vista do desenvolvimento psicológico	35
2. A proposta do programa	39
2.1 Análise crítica ao programa	44
3. Planificação da unidade letiva: “A fraternidade”	48
3.1 Conteúdos	48
3.2 Articulação da unidade letiva “A fraternidade”	52
CONCLUSÃO	56
BIBLIOGRAFIA	56
WEBGRAFIA	61

INTRODUÇÃO

Desenvolver o tema da fraternidade teve como motivação inicial a recente encíclica de Bento XVI *Caritas in Veritate* que propõe a fraternidade universal como solução para o desenvolvimento humano e integral num tempo de globalização e de crise, em que o facto de sermos cada vez mais vizinhos nem por isso nos torna mais irmãos. Acresce ainda o facto de este tema ter sido proposto pelo *Programa de Educação Moral e Religiosa Católica*, dois anos antes da supracitada encíclica, como unidade letiva para o 5º ano do Ensino Básico.

O trabalho que agora se apresenta foi-se revelando um desafio, uma vez que a encíclica, apesar da sua novidade ao propor uma reflexão filosófica e teológica sobre as relações entre os seres humanos, carece, segundo alguns, de força de denúncia e anúncio proféticos em relação ao capitalismo neoliberal e à necessidade de mudar estilos de vida. Por outro lado, deparámo-nos com a dificuldade, resultante em parte da falta tempo, de pesquisar fontes mais alargadas de reflexão filosófica ou teológica sistematizada sobre o tema da fraternidade. Este é muitas vezes confundido com os princípios da liberdade, da igualdade ou da dignidade da pessoa humana, como parece acontecer no *Programa de Educação Moral e Religiosa Católica*, ao organizar os conteúdos desta unidade letiva.

Manancial de grande importância na história da cultura mundial, a fraternidade revela-se uma constante na vida e no pensamento da humanidade. Uma vez na periferia, de forma camuflada ou mesmo como “princípio esquecido”, outras vezes como caudal de pensamento espiritual que vive no subterrâneo de movimentos de grande implantação histórica, a fraternidade vai sendo motor de várias respostas sociais e económicas. Ela continua presente na atualidade com semânticas diversas inspiradas pelo pensamento cristão ou laico, universalista ou particular, sendo o resultado da ética

social de dois mundos que estão na origem da espiritualidade da Europa: o pensamento grego que parte da ideia de igualdade, retirando daí as consequências legais da democracia, da justiça e do direito e o pensamento hebraico, subjacente à reflexão de Bento XVI, pelo reconhecimento recíproco entre seres radicalmente heterólogos. A espiritualidade europeia tem oscilado entre uma tentativa de isolamento do pensamento grego, como acontece com o Renascimento ou, como acontece atualmente, de apresentação de um cristianismo *des-helenizado*.

Apresentar aos alunos do 2º ciclo do Ensino Básico a síntese entre estes dois pensamentos proposta pelo cristianismo é objetivo deste trabalho em que a fraternidade aparece como concretização do amor cristão, promovendo uma cultura de relacionamento entre os seres humanos pautada pelo respeito pelo outro, pela tolerância e pela assunção dos valores fundamentais que são consequência da dignidade da pessoa humana.

No primeiro capítulo, procuramos uma tentativa de definição, dado que o termo *fraternidade* nos aparece como um conceito polissémico do qual ressalta imediatamente a ideia de *consanguinidade, laços entre parentes*. Procuramos ainda abordar este conceito nos seus diversos significados – políticos, económicos e sociais – ao longo da história, tendo como marcos o Antigo e o Novo Testamento, a Revolução Francesa (momento histórico de viragem e de tentativa de “destilar” o conceito de fraternidade, retirando-lhe a influência cristã), culminando com a Declaração Universal dos Direitos Humanos que refere as relações entre os seres humanos como uma reciprocidade, uma interação, pelo que a fraternidade se constitui, deste modo, como, mais do que um princípio ao lado da igualdade e da liberdade, aquele que os torna efetivos. Situando-nos num conceito atual de fraternidade, procuramos abordar alguns outros que com ele estão semanticamente vinculados, ou que surgem como sua concretização tais como a

solidariedade, o dom e a gratuidade. Numa tentativa de fundamentação filosófica e teológica, procuramos apresentar a humanidade como, objetivamente, mais do que irmãos pois participamos todos de uma fraternidade cósmica e descendemos de antepassados comuns. O princípio da dignidade da pessoa humana aponta para o conceito de alteridade, de respeito pelo outro enquanto único e diferente, oferecendo as condições de possibilidade para a sua existência digna. Numa perspectiva cristã, somos todos filhos no Filho e verdadeiros irmãos. Ao sermos criados por Alguém que é trindade, trazemos connosco esta marca relacional que é trinitária, que é comunhão, que é a fraternidade universal. Concluímos este primeiro capítulo com uma análise resumida do pensamento proposto por Bento XVI na sua encíclica *Caritas in Veritate* onde, assumir a fraternidade enquanto valor, significa considerar os problemas do social como sendo radicalmente uma questão antropológica.

O segundo capítulo pretende ser uma proposta de planificação da unidade letiva “A Fraternidade”, tendo por base a sua fundamentação filosófica e teológica, a atualidade e pertinência do tema, o programa apresentado pelo *Secretariado Nacional de Educação Cristã*, bem como a sua análise crítica, estruturando os conteúdos com base na pedagogia e na didática que nos parecem mais adequadas à fase etária dos alunos a que se destinam.

CAPÍTULO I

A Fraternidade: análise filosófica e teológica

1. Conceito e caracterização

1.1 Definição de fraternidade

Ao lançarmos um primeiro olhar sobre o significado do termo *fraternidade*, deparamo-nos com um conceito polissêmico do qual ressalta imediatamente a ideia de *consanguinidade*, *laços entre parentes*, designando a qualidade que liga membros de uma mesma família. Apresentado como um conceito filosófico, religioso, ético, político, psicológico ou social e, ao mesmo tempo, como valor aceito pela cultura mundial, acaba por ser um étimo quase ausente dos dicionários das ciências sociopolíticas e filosóficas. Etimologicamente, é comum aos dicionários e enciclopédias considerarem este termo como tendo origem no radical latino "frater" com o significado de irmão. A palavra latina "fraternitate" é, assim, traduzida como "parentesco entre irmãos; fraternidade; confraternização entre povos". Na sua aceção mais comum, designa o laço que une os membros de uma mesma família e que deveria unir os membros da família humana. Aparece com o significado de "parentesco entre irmãos"; "solidariedade de irmãos"; "união ou convivência como irmãos"; "afeto ou carinho entre irmãos"; "amor ao próximo"; "harmonia entre os homens"; "relações harmoniosas entre pessoas da mesma profissão, ocupação, classe" etc.¹. A Academia da Língua Espanhola aceita, desde 1999, como definição do termo fraternidade "Amizade ou afeto entre irmãos ou entre quem se trata como tal".

¹ <http://michaelis.uol.com.br/moderno/p>. (s.d.). Obtido em 8 de setembro de 2011.
<http://www.infopedia.pt/lingua-portuguesa-aa/fraternidade>. (s.d.). Obtido em 8 de setembro de 2011.
<http://www.priberam.pt/dlpo/default.aspx?pal=fraternidade>. (s.d.). Obtido em 8 de setembro de 2011.

Tendo como referencial os textos bíblicos do Antigo Testamento, damos-nos conta que o termo *irmãos* era utilizado para indicar os membros da mesma família, da mesma tribo – opondo-se à ideia de estrangeiros –, ou para designar os originários de um mesmo tronco familiar.

Na Roma antiga, este termo era utilizado para significar as relações entre indivíduos filhos dos mesmos pais, sem qualquer outro tipo de conotação. Sobre essa base se modelou o conceito de sociedade particular na qual se colocavam os bens em comum. Apenas com o aparecimento do cristianismo se desenvolve a ideia de que todos somos filhos de um mesmo Deus, rompendo o conceito de fraternidade as fronteiras da relação familiar e estendendo-se ao próximo e à totalidade da humanidade. A fraternidade é-nos, desta forma, apresentada como uma categoria relacional da humanidade, superando mesmo o conceito aristotélico de *amizade política*, através do qual o filósofo grego defendia que os cidadãos se unem, em consenso, para instituir uma determinada comunidade política.

Partindo desta breve resenha, estamos em condições de poder extrair alguns elementos comuns que nos permitem uma aproximação a uma definição de fraternidade. Estes aspetos comuns são: a união entre irmãos ou entre todos aqueles que se tratam como tal, a reciprocidade nas suas relações, o amor ou amizade ao outro, a harmonia e a paz resultante de um relacionamento fraternal, a comunidade que permite defender o interesse dos seus elementos.

Ao analisar o significado deste conceito, deveremos ter em especial linha de conta o facto de a fraternidade, sendo uma categoria ética e religiosa, poder também ocupar um papel relevante na teoria e na prática política, bem como no direito. Para tal,

deveremos ter em consideração a doutrina de Chiara Lubich², quando afirma que a fraternidade é a “categoria de pensamento capaz de conjugar a unidade e a distinção a que anseia a humanidade contemporânea” e os recentes estudos que Antonio Maria Baggio apresenta no livro coletivo *O princípio esquecido. A fraternidade na reflexão atual das ciências políticas*.³, procurando fundamentar a ideia da necessidade da fraternidade no estabelecimento de uma comunidade universal, de uma unidade de diferentes, na qual os povos possam viver pacificamente entre si, no respeito pela identidade de cada um.⁴

² Fundadora do Movimento dos Focolares, dirigindo-se aos estudantes e profissionais do campo do Direito e da Justiça reunidos em Castelgandolfo no dia 18 de novembro de 2005, quando afirma que “*O Direito, desde o seu nascimento, foi visto como a norma da vida social, aliás, como a ordem da própria sociedade.*”, continuando mais adiante: “*Assim, tanto na função mais propriamente normativa, como na vivência quotidiana de todas as relações que a vida jurídica comporta, podereis contribuir para fazer da Humanidade uma família.*”. Lubick, C. (2006). Ao primeiro congresso internacional de comunhão e Direito, Estudos, N.S, 7, Coimbra, 2006,. *Estudos*, pp. 177-179. Acerca deste assunto, é bom lembrar João Paulo II na sua *Mensagem aos participantes do Congresso de Juristas Católicos, 24 de novembro de 2000* que afirma: “*O restabelecimento da fraternidade universal não pode ser o resultado dos esforços apenas dos juristas; no entanto, a contribuição deles para a realização dessa tarefa é algo de específico e indispensável. Faz parte da sua responsabilidade e missão.*”

³ Baggio, A. M. (2008). *O princípio esquecido. A fraternidade na reflexão atual das ciências políticas*. S. Paulo: Cidade Nova.

⁴ A este respeito, mereceu-nos especial referência o artigo de Tosi, G. (2010). Cristianismo social. A fraternidade como categoria (cosmo)política. *Nuova Umanità*, XXXII, pp. 525-547. Neste artigo, o autor propõe-se “*definir os conceitos de fraternidade a partir da capacidade de promover uma maior solidariedade social, como anéis concêntricos que tendem a se propagar até à ideia de uma fraternidade tendencialmente universal.*” Tendo por base a pergunta inicial “*A fraternidade é uma categoria exclusivamente ética e religiosa ou pode também ocupar um papel relevante na teoria e na prática política?*”, o autor apresenta-nos um conceito tripartido de fraternidade: “1.1. **Fraternidade como vínculo de sangue, parentesco e de vizinhança** No sentido mais original da palavra, fraternidade é entendida como vínculo de sangue, como sentimento de ligação a uma família, a um clã (família mais ampla) ou a um povoado, bairro, grupo pequeno e circunscrito de vizinhança. (...) 1.2. **A fraternidade como princípio ético** Jesus Cristo, que viveu em uma época na qual os laços familiares, de vizinhança e de adesão a uma comunidade eram muito acentuados, propõe uma fraternidade não mais vinculada ao sangue ou parentesco, mas a valores éticoreligiosos comuns, introduzindo, assim, uma das grandes “boas novas” em relação à tradição judaica. (...) 1.3. **A fraternidade como categoria (cosmo)política**”, interpretando a parábola do bom samaritano (Lc 10, 25-37). “*Jesus faz ao homem da lei*

O acima exposto permite-nos concluir que, sendo polissêmico o conceito de fraternidade, se torna imperiosa uma análise da sua evolução histórica, bem como das consequências daí advenientes.

1.2 Evolução histórica do conceito de fraternidade.

1.2.1 Fraternidade no Antigo Testamento

O conceito de fraternidade ou, mais precisamente de irmão, no Antigo Testamento, designa todos aqueles que nascem do mesmo seio materno (Cf. Gn 4,2), aplicando-se, por extensão, aos membros de uma mesma família (Cf. Gn 13,8), de uma mesma tribo (Cf. 2Sam 19,13) de um mesmo povo (Cf. Dt 25,3), por oposição a estrangeiros (Cf. Dt 1,16) e, finalmente, aos povos descendentes de um mesmo antepassado, como Edom e Israel (Cf. Dt 2,4). O conceito de fraternidade universal começa cedo a delinear-se no Antigo Testamento. Deus, ao criar o género humano, depositou em Adão a aspiração a uma fraternidade que se rompe nos seus filhos: Caim mata Abel por inveja, não querendo saber onde está o seu irmão (Cf. Gn 4,9). Desde Adão que a humanidade se confronta com esta perspetiva de pecado⁵. O povo da

uma pergunta que nesta altura não deixa de ser retórica: «Quem destes, em sua opinião, foi o próximo?». E ele respondeu: «Quem teve compaixão dele». Assim fazendo Jesus indica uma fraternidade tão ampla que inclui todos os seres humanos, «sem distinção alguma de raça, de cor, de sexo, de língua, de religião, de opinião política e de qualquer outra opinião, de origem nacional ou social, que provenha de sorte, nascimento ou qualquer outra situação», como diz o artigo 2 da Declaração Universal dos Direitos Humanos proclamada pela ONU em 1948. Uma fraternidade que poderemos definir política ou cosmopolítica no sentido amplo, que recorda o cosmopolitismo estoico greco-romano, mesmo na forma mais radical, porque o universalismo do amor chega até a propor o amor pelo inimigo (Mt 5, 43-48).”

⁵ Bento XVI faz referência clara a esta perspetiva e à necessidade de reconhecimento do “pecado das origens”: “Por vezes o homem moderno convence-se, erroneamente, de que é o único autor de si mesmo, da sua vida e da sociedade. Trata-se de uma presunção, resultante do encerramento egoísta em si mesmo, que provém – se queremos exprimi-lo em termos de fé – do pecado das origens.” E, citando o Catecismo da Igreja Católica, nº 407, continua: “Ignorar que o homem tem uma natureza ferida, inclinada

Aliança vai passar por um longo período de aprendizagem da vivência da fraternidade – não da fraternidade entre todos os homens, mas entre os filhos de Abraão, tendo em conta a fé no mesmo Deus e a Aliança, promovendo essa fraternidade como exigência da lei da santidade (Cf. Lv 19,17ss). Toda a perspectiva do Antigo Testamento aponta para o ideal da fraternidade como canta o salmista: “Vede como é bom e agradável que os irmãos vivam unidos!” (Sl 133,1). A realidade do povo é, no entanto, outra. Para além das querelas individuais, Israel vê dissolvido o vínculo das tribos (Cf. Rs 12,24). Face a esta presença do pecado coletivo que se estende aos países vizinhos (Cf. Dt 23,8), os profetas voltam-se para Deus, numa perspectiva escatológica, considerando-O como o único que poderá restaurar a fraternidade humana.⁶

1.2.2 Fraternidade no Novo Testamento

A fraternidade brota, segundo o Antigo Testamento, de nos sabermos todos filhos do mesmo Pai celestial: “Não temos todos nós um único pai? Não foi o mesmo Deus que nos criou? Por que razão, pois, somos nós pérfidos uns para com os outros?” – perguntava o profeta Malaquias (Ml 2,10). Com a morte na cruz, Jesus Cristo tornou-se o “primogénito de muitos irmãos” (Rom 8,29) e reconciliou entre si e com Deus as duas

para o mal, dá lugar a graves erros no domínio da educação, da política, da ação social e dos costumes”. Bento XVI. (2009). *Caritas in Veritate*, 34.

⁶ Então reunirá a Judá e a Israel em um só povo (Cf. Os 2,2ss); Judá e Efraim não terão mais inveja (Cf. Is 11,13ss); reunirá todo Jacob (Cf. Mq 2,12)... Esta fraternidade será estendida a todas as nações reconciliadas entre si (Cf. Is 2,1-4). “*O sonho profético de fraternidade universal converte-se em realidade em Cristo, novo Adão. A sua realização terrena na Igreja, por imperfeita que seja, é o sinal tangível do seu cumprimento final.*” Léon-Dufour, X. (1985). *Hermano*. In X. Léon-Dufour, *Vocabulário de teologia bíblica* (pp. 381-384). Barcelona: Herder. Neste mesmo artigo fica ainda patente a ideia de um vínculo de ordem espiritual: fé, simpatia, função semelhante, aliança... “*este uso metafórico da palavra demonstra que a fraternidade humana, como realidade vivida não se limita ao parentesco de sangue, mesmo quando este constitui o seu fundamento natural. A revelação não parte da reflexão filosófica sobre a comunidade de natureza que torna a todos os homens irmãos. Não porque recuse o ideal de fraternidade universal mas porque sabe que é irrealizável e considera enganosa a sua prossecução se não se procura em Cristo.*”

fações da humanidade: o povo judeu e as nações (Cf. Ef 2,11-18). De acordo com Luis González-Carvajal Santabárbara, esta visão de fraternidade inaugurada em Jesus Cristo apresenta-se em três níveis distintos: na pequena comunidade, no conjunto das comunidades cristãs e, finalmente, na humanidade.⁷ Em Jesus Cristo, a realidade torna-se outra: todos os que O recebem convertem-se agora em filhos de Deus (Cf. Jo 1,9) e em irmãos. Isto acontece já não pela razão de filiação abraâmica segundo a carne, mas pela fé em Cristo.⁸ Os homens são doravante irmãos de Cristo por um novo nascimento (Cf. Jo 3,3). A humanidade, nascida de Deus, tem a mesma origem que Cristo que “não se envergonha de lhes chamar irmãos” (Heb 2,11). Esta humanidade é agora uma humanidade de filhos de Deus a quem pode chamar “Abba”, porque co-herdeira com Cristo (Cf. Rom 8,14-17). Com Jesus Cristo, ficam delineados os fundamentos da comunidade fraterna. Ele aperfeiçoou os mandamentos veterotestamentários respeitantes à relação entre irmãos (Cf. Mt 5,21-26) e à correção fraterna (Cf. Mt 18, 15ss) aberta a todos (Cf. Mt 5,47). Depois da sua morte, os discípulos constituem uma fraternidade (Cf. 1Pe 5,9) e, embora inicialmente continuassem a dar o nome de irmãos apenas aos judeus, com Paulo passam a ser irmãos segundo a carne (Cf. Rom 9,3). Os membros da primeira comunidade são, desta forma, todos irmãos em Cristo, novo

⁷ *“Podríamos decir que vivimos la fraternidad en sucesivos círculos concéntricos: (...) Así se desprende de Ga 6,10: «Mientras tengamos oportunidad, hagamos el bien a todos, pero especialmente a nuestros hermanos en la fe». La Primera Carta de Pedro (2,17) dice en términos muy parecidos: «Honrad a todos, amad a los hermanos» (1 Pe 2,17). (...) El segundo círculo concéntrico abarca a todos los cristianos que pertenecen a comunidades distintas de la nuestra. De hecho, el Nuevo Testamento extiende el nombre de «hermanos» a unas comunidades respecto de otras (2 Jn 13). (...) El tercer y último círculo concéntrico abraza a la humanidad entera. Debemos ensanchar el ámbito del «nosotros» hasta alcanzar dimensiones auténticamente planetarias. Como dijo el Concilio Vaticano II, «no podemos invocar a Dios, Padre de todos, si nos negamos a conducirnos fraternalmente con algunos hombres, creados a imagen de Dios» (Nostra Aetate, 5 a).”* Santabárbara, L. G.-C. (2009). *El Padrenuestro explidado con sencillez*. Santander: Sal terrae. pp. 39-45.

⁸ A fraternidade “*tem origem numa vocação transcendente de Deus Pai, que nos amou primeiro, ensinando-nos por meio do Filho o que é a caridade fraterna.*” Bento XVI. (2009). *Caritas in Veritate*, 19.

Adão, fundamento e fonte de fraternidade.⁹ A primeira comunidade de crentes pratica o amor fraterno que se traduz na comunhão. Esta, sendo o resultado do espírito exigente do Evangelho¹⁰ – "É este o meu mandamento: que vos ameis uns aos outros, como Eu vos amei" (Jo 15,12) –, é vivida por cada um dos elementos da mesma comunidade e entre as comunidades.¹¹

1.2.3 A Revolução Francesa e a tríade: Liberdade, Igualdade e Fraternidade

O conceito de fraternidade trazido pela Revolução Francesa de 1789 constitui um referencial histórico de elevada importância, uma vez que, durante o seu desenvolvimento e pela primeira vez na modernidade, este conceito foi interpretado como sendo o princípio que deve reger a relação entre os seres humanos. Este valor, profundamente cristão, estava totalmente entranhado na cultura ocidental desde a introdução do cristianismo. Trata-se de uma categoria ao mesmo tempo religiosa e ética, que passou a ocupar um lugar de destaque na teoria e na prática política. Nos primeiros

⁹ Léon-Dufour, X. (1985). Hermano. In X. Léon-Dufour, *Vocabulário de teologia bíblica*. Barcelona: Herder. pp. 381-384.

¹⁰ Esta questão da radicalidade do mandamento do amor está ainda presente na pergunta que é feita a Jesus em Lc 10,29: "E quem é o meu próximo?". As palavras de Jesus são eco da compreensão das primeiras comunidades cristãs: "não importa tanto saber o que é ou quem deve ser o objeto do meu amor ou da minha proximidade, mas conhecer a minha capacidade de aproximação: de quem sou capaz de me aproximar com amor. (...) o princípio sublinhado pela questão é o de que enquanto a mera proximidade não gera amor, o amor gera proximidade" Almendra, L. (2009). Quem é o meu próximo. *Communio*, XXVI, pp. 145-156.

¹¹ Silva, J. D. (sd). *Viver o Evangelho servindo a pessoa e a sociedade. Iniciação à Doutrina Social da Igreja*. Coimbra: Gráfica de Coimbra. pp. 53-54. Segundo este autor, "Esta comunhão ou fraternidade revela-se a três níveis:" a comunhão da fé – "todos os crentes"; a comunhão humana ou de corações – "relação afetiva"; e a comunhão económica – "por isso não havia pobres entre eles". (Cf. Act 2,44-47; 4,32) O mesmo autor refere também a "comunhão entre comunidades". Comentando Act 11,27-30 e Rom 15,27, apelida-a de "comunhão de fé, de amor, de ajuda material". A este respeito, José Dias da Silva considera, finalmente, o amor ao pobre como sendo o traço de união entre todos os cristãos, "indicação do sinal que deve manifestar a comunhão eclesial entre comunidades diferentes mas todas elas fundadas na fé e no acolhimento do mesmo Evangelho de Jesus Cristo: a atenção aos pobres".

instantes da Revolução Francesa, a fraternidade é o novo fundamento da cidadania. É o vínculo de todos os cidadãos, permitindo que estes tenham uma relação horizontal, ultrapassando o sentido da subordinação e abrindo-se à convivência entre diferentes.

Se, por um lado, temos como certo que ao longo da história europeia ou, mais precisamente do ocidente, o conceito de fraternidade está presente quer através do seu significado teológico de “fraternidade em Cristo”, quer nas suas diversas manifestações práticas que vão desde a simples esmola, ao dever de hospitalidade, à fraternidade monástica, que pressupõe a comunhão de bens, até às grandes obras de solidariedade social que ao longo da época medieval e moderna se vão desenvolvendo até à atualidade, por outro lado, é um facto que a Revolução Francesa, não sendo feita por cristãos, foi em grande parte feita contra eles.

António Maria Baggio¹², que seguiremos nesta análise, faz uma abordagem ao tema da fraternidade no decorrer da Revolução Francesa, tendo em conta os seus três grandes princípios: *Liberdade, Igualdade e Fraternidade*. Segundo este autor, a ideia de fraternidade que inicialmente predominava era a de uma fraternidade que vinculasse todos os franceses, caracterizando as relações entre os cidadãos. Era, assim, entendida em sentido patriótico. Este conceito, ao permitir que as relações fossem de carácter horizontal – abandonando a estrutura vertical em que o povo vivia, embora não negando, inicialmente, a paternidade reconhecida ao rei – abria, desta forma, a possibilidade de convivência entre diferentes. Para Baggio,¹³ o regulamento da *Société Populaire de La Section de la Fraternité* demonstra que a ideia de fraternidade desempenha já em 1790 um papel destacado. Graças à fraternidade, os setores sociais que antes viviam separados podiam unir-se, desenvolvendo-se a ideia de sufrágio

¹² Baggio, A. M. (2008). *O princípio esquecido. A fraternidade na reflexão atual das ciências políticas*. S. Paulo: Cidade Nova.

¹³ Ibidem p. 30.

universal que pressupõe a ideia de povo, realidade mais ampla que a de nação, sustentando, assim, o avanço do processo de democratização.

O princípio da fraternidade foi apresentado e vivido pela Revolução Francesa em conjunto com os valores da liberdade e da igualdade. No decorrer da história, estes dois últimos princípios foram sendo transformados em importantes valores políticos e jurídicos, inscritos em numerosas constituições modernas. O que aconteceu então ao princípio da fraternidade?¹⁴ Dos três princípios proclamados pelos revolucionários, o mais difícil de concretizar foi o da fraternidade, arrancado do âmbito do cristianismo e dos humanistas cristãos que o apresentavam como proposta de uma nova ordem social.¹⁵ Na sua luta contra a Igreja, o princípio que os Iluministas mais dificuldade tiveram em fundamentar na cultura clássica e no paganismo pré-cristão foi o da fraternidade, que assim perdeu a sua centralidade. A sua reflexão tomava como ponto de referência a *cidade antiga*, onde encontravam alusões à liberdade e à igualdade mas não à fraternidade.

Por outro lado, a fraternidade, ao lado dos outros dois princípios, criava, no ultramar, grandes problemas, resultantes da colonização e do desafio lançado pelos escravos. Os franceses não reconheciam aos negros, nomeadamente no Haiti, os mesmos direitos dos cidadãos de Paris.

¹⁴ “O fato é que, no decorrer da Revolução, a fraternidade desempenhou claramente dois papéis sucessivos: o primeiro, o de unir; o segundo, o de dividir. (...) A tarefa da Revolução, segundo os padres patriotas, seria reconduzir a Igreja às condições originais de igualdade e fraternidade apontadas no Evangelho, que concebia, justamente, todos os homens como membros de uma única família, ligados por laços de fraternidade.” Ibidem p. 33.

¹⁵ De destacar a narrativa “*As aventuras de Telémaco*” do bispo François Salignac de la Mothe Fénelon (1651-1715) citado em Baggio, Ibidem p. 36.

Os princípios da liberdade e da igualdade, faltando-lhes o da fraternidade, reforçaram o individualismo, revelando-se insuficientes para garantir as relações entre os indivíduos e as comunidades.¹⁶

1.2.4 A Declaração Universal dos Direitos Humanos

A Declaração Universal dos Direitos do Homem é, também ela, um marco na análise histórica da noção de fraternidade. Ao fazermos uma retrospectiva da evolução do entendimento dos Direitos Humanos, chegamos à conclusão que ele é fruto de um longo caminhar histórico feito de avanços e recuos. Embora possamos considerar a moderna conceção dos direitos humanos uma “secularização” da ideia cristã da dignidade do homem enquanto resultante da condição de criado à imagem e semelhança de Deus, o envolvimento da Igreja Católica foi perdendo, gradualmente, influência na prática do princípio da fraternidade. No dia 10 de março de 1791, Pio VI condenou mesmo, na sua carta *Quod aliquantum*, os direitos humanos de liberdade religiosa, liberdade de consciência, liberdade de imprensa e igualdade de todos os homens, argumentando que todos estes direitos se opõem à liberdade do Criador. Esta posição culminará com o Concílio Vaticano I nas suas constituições *Dei Filius* e *Pastor*

¹⁶ Chamamos aqui a atenção para uma conclusão de Baggio “*O pensamento moderno desenvolveu a liberdade e a igualdade como categorias políticas, mas não fez o mesmo com a fraternidade – embora esta seja o alicerce das outras duas –, seja por fraqueza, por medo das suas implicações, seja pela eclosão do conflito entre religião e modernidade, que tornou particularmente cheio de obstáculos o terreno da fraternidade. (...) No entanto, a fraternidade é o princípio regulador dos outros dois princípios: se vivida fraternalmente, a liberdade não se torna arbítrio do mais forte, e a igualdade não degenera em igualitarismo opressor. A fraternidade poderia ajudar na realização do projeto da modernidade. Esta última, de fato, não deve ser negada; ao contrário, seu projeto deve ser retomado, adequando-o, porém, à plenitude de conteúdo dos valores que ele proclama.*” Ibidem p. 54.

Aeternus, em que a Igreja faz uma avaliação negativa da modernidade política surgida da Revolução Francesa.¹⁷

Nesta evolução do princípio da fraternidade e da sua aplicação aos direitos humanos, deveremos ter ainda em conta o contributo das doutrinas sociopolíticas, o iluminismo de Kant, bem como os socialismos, o marxismo e o capitalismo que nos é apresentado, de forma resumida, por Giuseppe Tosi no seu estudo *Cristianismo social. A fraternidade como categoria (cosmo)política*¹⁸. Concluímos, desta forma, que na elaboração da doutrina dos direitos humanos confluíram várias correntes de pensamento e de ação, entre as quais se destacam o liberalismo, o socialismo e a doutrina social da Igreja, dando origem à *Declaração Universal dos Direitos do Homem*¹⁹. A utilização do

¹⁷ Acerca do pensamento da Igreja católica no que diz respeito à sua abordagem aos direitos humanos, deve ficar dito que nunca faltaram teólogos que os afirmassem. Entre outros, é obrigatório referir S. Tomás de Aquino, não podendo, no entanto, deixar de lembrar os espanhóis Vitória, Bartolomeu de Las Casas e Suárez. Em Vitória encontramos um extenso elenco de princípios na defesa dos Índios da América Central e do Sul, considerados como homens, pessoas, com direito ao uso da liberdade, à educação e a tudo aquilo que se refere à sua formação e promoção cultural e espiritual (Vitória, Francisco de. *Relectio de Indis*). Devemos ainda deixar referidas as intervenções de Leão XIII ao abordar a dignidade da pessoa humana e do trabalhador, o direito à propriedade privada, a função social dos bens, o papel do Estado e o direito à livre associação na sua encíclica *Rerum Novarum*. Benedito XV, na sua encíclica *Ad Beatissimi*, propõe a luta pela paz, Pio XII, na encíclica *Summi Pontificatus*, condena toda forma de racismo. Consultado em <http://www.vatican.va>. Obtido em 2 de novembro de 2011.

¹⁸ Tosi, G. (2010). Cristianismo social. A fraternidade como categoria (cosmo)política. *Nuova Umanità*, XXXII, pp. 525-547. Consultado em http://www.mppu.org.br/novo/download/pdf/2.5.Fraternidade_cosmopolitica-Esc._JP_prof._Tosi-22.08.11.pdf. (s.d.) Obtido em 2 de novembro de 2011. Para o mesmo autor, “Um iluminista como Kant veria a fraternidade como um conceito “paternalista”, que fere o princípio da autonomia do sujeito, na medida em que para se reconhecer todos como irmãos, deveríamos reconhecer um Deus pai e, portanto, uma autoridade superior.” E mais adiante, falando acerca do marxismo afirma: “Um marxista definiria a fraternidade como um conceito que camufla e esconde as divisões irreduzíveis entre as classes antagonistas, portanto, na melhor das hipóteses seria uma ilusão (como de outro lado para Marx o era qualquer religião), na pior das hipóteses, um engano para amortizar os conflitos sociais.”.

¹⁹ http://www.cne.pt/dl/1_declaracao_universal_direitos_homem.pdf. (s.d.). Obtido em 2 de novembro de 2011.

espírito de fraternidade, bem como a sua previsão no art. 1º da Declaração, apresenta-se como sendo este modo de agir uma verdadeira ferramenta para impedir os desrespeitos pelos Direitos Humanos. De referir ainda que, na sua redação, o artigo 29º desta Declaração, explicita o contributo da fraternidade. Ela refere as relações entre os seres humanos como uma reciprocidade, uma interação constituindo-se, deste modo, como, mais do que um princípio ao lado da igualdade e da liberdade, aquele que os torna efetivos.²⁰

1.3 Semântica da fraternidade

1.3.1 A *solidariedade*

Para falar do relacionamento, da reciprocidade, da interação entre os homens e as sociedades ao longo da história e, principalmente, nos últimos cem anos, para além do termo fraternidade, afigura-se necessário abordar alguns outros que com ele estão semanticamente vinculados, ou que surgem como sua concretização. O primeiro é o termo *solidariedade*. Ao falarmos de solidariedade, temos como origem etimológica as palavras latinas *solidum* (totalidade, soma total) e *solidus* (sólido, maciço, inteiro). A definição sociológica de solidariedade aparece no dicionário Michaelis como “*Condição grupal resultante da comunhão de atitudes e sentimentos, de modo a constituir o grupo unidade sólida, capaz de resistir às forças exteriores e mesmo de tornar-se ainda mais firme em face da oposição vinda de fora*”.²¹ Segundo o dicionário Aurélio, ela é “*Dependência mútua entre os homens. / Sentimento que leva os homens a se auxiliarem*

²⁰ Aquini, M. (2008). Fraternidade e Direitos Humanos. In A. M. Baggio, *O Princípio Esquecido* (p. 137). São Paulo: Cidade Nova.

²¹ <http://michaelis.uol.com.br> . (s.d.). Obtido em 8 de novembro de 2011.

mutuamente.”²² Para a Igreja, este conceito ganhou força, nos últimos cem anos, sendo definida por João Paulo II como: “antes de tudo da interdependência apreendida como *sistema determinante* de relações no mundo contemporâneo, com as suas componentes – económica, cultural, política e religiosa – e assumida como *categoria moral*. Quando a interdependência é reconhecida assim, a resposta correlativa, como atitude moral e social e como «virtude», é a *solidariedade*. (...) *determinação firme e perseverante* de se empenhar pelo *bem comum*; ou seja, pelo bem de todos e de cada um, porque *todos* nós somos verdadeiramente responsáveis *por todos*.” (SRS 38)²³ Leão XIII enuncia várias vezes este princípio com a designação de “amizade”, como referência à filosofia grega e, desde Pio XI, solidariedade é designada como “caridade social”. Paulo VI recorre a este conceito para falar da “civilização do amor”. Em última análise, para a Doutrina Social da Igreja, este termo é utilizado para designar o princípio que proclama a igualdade entre os seres humanos. A solidariedade concretiza-se na opção fundamental pelos pobres, como resultado da caridade cristã, com carácter individual, comunitário e social.

Deste modo, podemos definir solidariedade como uma característica intrínseca ao próprio ser humano, uma característica ontológica, na medida em que a individualidade humana se relaciona de forma criativa com as outras individualidades. A solidariedade é um estímulo à realização da identidade humana – o ser humano realiza-se sendo solidário. O homem, eixo central da Doutrina Social da Igreja, é um ser-com-os-outros e um ser-para-os-outros. Se não for solidário, fica diminuído como pessoa.

²² <http://www.dicionariodoaurelio.com>. (s.d.). Obtido em 8 de novembro de 2011.

²³ João Paulo II. (1982). *Sollicitudo Rei Socialis*. Consultado em http://www.vatican.va/holy_father/john_paul_ii/encyclicals/documents/hf_jp-ii_enc_30121987_sollicitudo-rei-socialis_po.html. (s.d.). Obtido em 9 de novembro de 2011.

Pelo que fica dito, poderíamos afirmar que o século XIX, devido à revolução industrial, bem como o século XX, são os séculos da solidariedade como resposta individual, comunitária, corporativa e do estado social à atitude da economia de mercado face às grandes bolsas de riqueza acumulada e à pobreza da maioria. Esta solidariedade foi imposta pela realidade social e pela necessidade de reconhecimento pelo outro. A existência dos indivíduos e dos grupos não se esgota na troca de bens e serviços, mas na expectativa de reconhecimento.²⁴ É o resultado da compatibilização entre a igualdade e a liberdade. O dever da solidariedade implica, em última análise, três aspetos:

- a interdependência em que todos nos encontramos em relação uns aos outros;
- a responsabilidade social em que “todos somos responsáveis por todos”;
- a participação e a cooperação com cada homem e com a sociedade.

1.3.2 O dom e a gratuidade

O termo “dom” está ligado à noção de dádiva, de doação espontânea, gratuita e desinteressada, desprovida de qualquer merecimento, assumindo ainda a noção de presente, daquilo que é dado ou recebido por alguém. Sendo algo que se recebe ou que se dá, o dom apresenta-se sem qualquer condicionante da parte de quem dá ou de quem

²⁴Cf. Borges, A. (2011). *Deus e o sentido da existência*. Lisboa: Gradiva. p. 94.

recebe. A realidade do dom ou da doação compreende três aspetos: o doador, o que é doado e aquele que recebe.²⁵

O conceito de dom e gratuidade, considerado como um dos princípios basilares da Doutrina Social da Igreja, é traduzido pelo Compêndio da Doutrina Social da Igreja como “*subjacente à experiência que a pessoa humana faz do seu existir junto com os outros no mundo, quer as repercussões desta dimensão sobre a consciência do homem, que adverte ser interpelado a gerir de forma responsável e convival o dom recebido. Prova disso é o reconhecimento universal da regra de ouro, em que se exprime, no plano das relações humanas, a lei que inscrita por Deus no homem: «Tudo o que quereis que os homens vos façam, fazei-o vós a eles»*”(CDSI 20)²⁶.

Este conceito de dom e gratuidade supõe não só uma exigência teológica – uma vez que tudo nos foi dado por Deus e de uma forma totalmente gratuita: a criação (Cf. Gn 1), a terra (Cf. CA 31)²⁷ e o progresso (Cf. SRS 30)²⁸ –, mas também uma exigência humana pois, se tudo nos foi dado, de forma direta ou indireta, então somos todos chamados a partilhar gratuitamente com os outros (pessoas, povos e sobretudo os mais

²⁵ Deveremos ter em conta as várias perspetivas filosóficas que partem da relação entre o doador, o objeto a ser doado e o outro que recebe, apresentando variáveis nesta relação tais como a reciprocidade, o reconhecimento ou o interesse da troca. Para tal deixamos apenas como referência pensadores como Levinas, Mauss ou Paul Ricoeur. Cf. Hoevel, C. (agosto-dezembro de 2009). Hacia el paradigma del don. *Revista Cultura Económica*, XXVII, pp. 83-96.

²⁶ Pontifício Conselho Justiça e Paz. (2004). *Compêndio de Doutrina Social da Igreja*. consultado em: http://www.vatican.va/roman_curia/pontifical_councils/justpeace/documents/rc_pc_justpeace_doc_20060526_compendio-dott-soc_po.html. (s.d.). Obtido em 5 de dezembro de 2011.

²⁷ “*Deus deu a terra a todo o género humano para que ela sustente os seus membros sem excluir nem privilegiar ninguém*” João Paulo II. (1991). *Centesimus Annus*. Consultada em: http://www.vatican.va/holy_father/john_paul_ii/encyclicals/documents/hf_jp-ii_enc_01051991_centesimus-annus_po.html. (s.d.). Obtido em 9 de novembro de 2011.

²⁸ “*o desenvolvimento de hoje deve ser considerado como um momento da história iniciada com a criação*” João Paulo II. (1982). *Sollicitudo Rei Socialis*. Consultado em http://www.vatican.va/holy_father/john_paul_ii/encyclicals/documents/hf_jp-ii_enc_30121987_sollicitudo-rei-socialis_po.html. (s.d.). Obtido em 9 de novembro de 2011.

carenciados). O valor do dom, animado pela lógica da gratuidade, manifesta-se em várias atitudes:

- a solidariedade: não existe solidariedade sem a capacidade de dar do que temos;
- a subsidiariedade: não é possível àqueles que detêm o poder dar oportunidade a que se exercite a participação;
- a disponibilidade para servir: só a consciência da gratuidade nos leva a colocar ao serviço dos outros os dons e talentos que possuímos.²⁹

2. Fundamentação antropológica e teológica

2.1 Objetivamente mais do que irmãos

“*Somos poeira de estrelas*”. Esta expressão é do cientista Carl Sagan (1934-1996) e foi celebrizada na série televisiva “*Cosmos*”, de 1980. Este mesmo autor, observador inspirado no maravilhoso que percebia do universo que habitamos, considerava este “*pálido ponto azul*” onde vivemos um grão rochoso contaminado pela vida, que orbita a estrela que chamamos sol, comum a tantos biliões de outras estrelas e que se situa num braço da espiral chamada Via Láctea que se confunde com biliões de outras galáxias do universo. Este ponto azul, um nada no oceano cósmico, é o brilhante precioso, berço da vida que todos conhecemos, berço da nossa espécie, nave espacial que transporta uma sinfonia celestial.

Os átomos, aprisionados nas moléculas que constituem cada uma dos cem triliões de células do nosso corpo, foram cozinhados no coração de estrelas há muito extintas. Estes átomos não são apenas os meus átomos, mas são os de toda a humanidade, de

²⁹ Cf. Silva, J. D. (sd). *Viver o Evangelho servindo a pessoa e a sociedade. Iniciação à Doutrina Social da Igreja*. Coimbra: Gráfica de Coimbra. p. 116.

todas as formas de vida, dos vírus ou das baleias, do solo que pisamos, dos restantes planetas do sistema solar, das restantes estrelas da Via Láctea ou dos biliões de galáxias do universo. O oxigénio que respiramos, o carbono, base da vida, o cálcio que forma os nossos ossos, o sódio, o fósforo, o magnésio, o iodo, ou o potássio, essenciais aos organismos vivos, o ferro e o alumínio das máquinas, o cobre dos fios elétricos ou o silício dos computadores são elementos químicos que saíram das fornalhas atômicas nos núcleos das estrelas que, ao explodirem, semearam os ingredientes do universo e da vida. É a “*poeira das estrelas*”, assim descrita de forma poética por Carl Sagan, que circula no sangue de cada homem e da humanidade inteira. Vivemos uns nos outros. Somos, vivemos e respiramos os mesmos átomos surgidos nos primeiros *nano segundos* do universo.

As grandes descobertas científicas apontam, a cada instante, para a fraternidade cósmica. Apresentam-nos uma unidade na pluriforme totalidade dos seres – uma unidade que não nega a diversidade. Acerca desta unidade na diversidade, Leonardo Boff afirma que o homem é um “*nó de relações que, de círculo em círculo, abarca todo o universo*”³⁰ pois “*não existimos, co-existimos, co-vivemos, co-comungamos com as realidades mais imediatas. Sentimos a nossa ligação fundamental como a totalidade do mundo*”³¹, concluindo que o fundamento biológico da sobrevivência da vida foi a fraternidade, a solidariedade e a cooperação: “*Não foi a luta pela sobrevivência do mais forte que garantiu a persistência da vida e dos indivíduos até os dias de hoje, mas a cooperação e a coexistência entre eles*”³². Somos objetivamente mais do que irmãos.

³⁰ Boff, L. (1980). *A ressurreição de Cristo: a nossa ressurreição na morte* (5ª ed.). Petrópolis: Vozes. p. 91.

³¹ Boff, L. (1999). *Saber cuidar: ética do humano – compaixão pela terra*. Petrópolis: Vozes. p. 118.

³² *Ibidem* p. 110.

Participamos de uma fraternidade cósmica e descendemos de antepassados comuns. A humanidade é uma comunidade de irmãos, unida numa sociedade de desiguais.

2.2 Unidade ontológica do ser humano

A filosofia contemporânea afirma que o homem tem a capacidade de se relacionar com os objetos e com os outros seres humanos.³³ A relação *eu-isso* é a nossa relação com o mundo e com as coisas, no entanto, a relação com o outro, embora algumas vezes possa acontecer, não é uma relação com o *isso*. A razão de ser desta relação está no facto de o ser humano ser pessoa. O conceito de pessoa como indivíduo com carácter único, insubstituível, como sujeito que se auto possui, é um inegável contributo do cristianismo. Ser humano e pessoa, para o pensamento grego e romano, eram sinónimos, sendo que só os cidadãos livres eram considerados sujeitos com plenos direitos e deveres. As mulheres, os escravos e as crianças não eram pessoas livres. O conceito de pessoa foi o resultado do pensamento cristão ao afirmar que todo o ser humano é pessoa com dignidade inviolável porque filho de Deus. A doutrina dos direitos naturais elaborada pela Igreja, que assimilou princípios do pensamento grego bem como da tradição judaica, afirma a ideia de que todos os seres humanos, mesmo os mais miseráveis, são pessoa na sua unicidade e dignidade, criados à imagem e semelhança de Deus, tendo em si uma chama, uma centelha divina que os torna absolutamente iguais. Resulta daqui que nenhum sistema económico, social, político ou ideológico tem primazia sobre o primado do homem como referência última da sociedade. Tudo o que somos se deve à marca de Deus que trazemos gravada no nosso

³³ Martin Buber chama a este princípio o princípio da intersubjetividade.

coração quer, desde logo, no plano da criação quer, de forma acrescida, no plano da salvação em Cristo.³⁴

Ao entendermos a pessoa como sujeito, um *eu* pessoal, com uma dignidade que lhe dá o direito de não ser tratado como simples meio mas como fim em si mesmo, como afirma Kant na sua linguagem secularizada,³⁵ estamos a considerá-la como sujeito de uma relação que não é apenas consigo próprio, de isolamento, mas de intersubjetividade. Este ser *eu* existe sempre em relação com outros *eus*, com os quais

³⁴ Deixamos aqui, como nota solta, algumas afirmações dos últimos oitenta anos do Magistério da Igreja.

Pio XII, na sua encíclica *Summi Pontificatus*, 33, de 20 de outubro de 1934, afirma: “os indivíduos não nos aparecem desligados entre si, como grãos de areia; mas sim unidos por relações, diversas com o variar dos tempos, mas orgânicas, harmoniosas e mútuas, por natural e sobrenatural destino e impulso. E os povos, evoluindo e diferenciando-se segundo as diversas condições de vida e de cultura, não são destinados a quebrar a unidade do gênero humano, mas sim a enriquecê-lo e aformosá-lo, com a comunicação dos seus dotes peculiares e com aquela recíproca permuta dos bens, possível e ao mesmo tempo eficaz somente quando um mútuo amor e uma caridade vivamente sentida venha unir todos os filhos do mesmo Pai e todos os redimidos pelo mesmo sangue divino”. O Vaticano II, na Constituição Pastoral *Gaudium et Spes*, 26, refere que “aumenta a consciência da eminente dignidade da pessoa humana, por ser superior a todas as coisas e os seus direitos e deveres serem universais e invioláveis.”. Paulo VI na encíclica *Populorum Progressio*, 13, caracteriza a Igreja como “perita em humanidades”. A questão da dignidade humana é referida por João Paulo II na encíclica *Redemptor Homminis*, 14, e na encíclica *Veritatis Splendor*, 96, onde afirma que “Ser o dono do mundo ou o último «miserável» sobre a face da terra, não faz diferença alguma: perante as exigências morais, todos somos absolutamente iguais”. Consultado em <http://www.vatican.va>. Obtido em 2 de novembro de 2011. Refira-se, finalmente, Bento XVI na encíclica *Caritas in Veritate* em que, mais do que fazer um conjunto de afirmações, sublinha o valor incondicional da pessoa humana e o seu caráter absoluto. A dignidade da pessoa humana aparece como o primeiro capital do homem “com efeito, o homem é o protagonista, e o fim de toda a vida económico-social” (CV 25) (Veja-se, ainda, CV 18,47,48,63,68), culminando com a afirmação da abertura do ser humano a Deus, pois é necessário que “o homem reentre dentro de si mesmo, para reconhecer as normas fundamentais da lei natural que Deus inscreveu no seu coração” (CV 68). “Sem Deus, o homem não sabe para onde ir e não consegue sequer compreender quem seja. (...) O humanismo que exclui Deus é um humanismo desumano” (CV 78). Bento XVI. (2009). *Caritas in Veritate*. Consultados em: http://www.vatican.va/holy_father/benedict_xvi/encyclicals/documents/hf_ben-xvi_enc_20090629_caritas-in-veritate_po.html. (s.d.). Obtido em 1 de dezembro de 2011.

³⁵ De acordo com o seu postulado, Kant afirma na obra *Fundamentação da metafísica dos costumes*: “Age de tal maneira que uses a humanidade, tanto na tua, como na pessoa de qualquer outro, sempre e simultaneamente como fim e nunca simplesmente como meio”.

estabelece vínculos diferentes do *isso* dos objetos. Este ser único, autoconsciente não o é sem um *tu*, podendo mesmo afirmar-se que o “*tu precede o eu*”. A pessoa humana é um ser relacional que é e se descobre nas relações, não se dissolvendo, no entanto, nelas.³⁶

Este caráter intrinsecamente relacional do ser humano convoca a noção de fraternidade. Relaciono-me com o *outro* como um *tu* diferente do *eu* e do meu grupo social, mas diante do qual eu tenho responsabilidades. Esta relação é diferente daquela entendida por Caim ao responder à pergunta de Deus: “*Onde está o teu irmão Abel? Caim respondeu: Não sei dele. Sou, porventura, guarda do meu irmão?*” (Gn 4,8-9). Caim era irmão de carne de Abel, mas não no sentido fraternal, estando longe desta relação a lógica da alteridade, da responsabilidade e da reciprocidade. É neste sentido que Bento XVI aborda o tema da fraternidade, lançando uma questão semelhante no que diz respeito à sociedade global em que vivemos: “*A sociedade cada vez mais globalizada torna-nos vizinhos mas não nos faz irmãos*” (CV 19). E, continuando, aponta a fraternidade como tendo “*origem numa vocação transcendente de Deus Pai que nos amou primeiro, ensinando-nos por meio do Filho o que é a caridade fraterna*”.

A fraternidade, “*princípio esquecido*” para A. M. Baggio, é uma categoria cosmo(política), uma forma de propor uma cultura de relacionamento entre os seres humanos em que impere o respeito pelo outro, a tolerância, a concretização dos valores fundamentais advinentes da dignidade da pessoa humana. Ela propõe uma praxis para

³⁶ Seguimos aqui o pensamento de Anselmo Borges quando, remetendo-nos para a ideia de neotenia (o homem é por natureza cultural), afirma que “*De facto, antes de a criança saber que é, o que é e quem é, "é convocada à comunhão de rostos que a olham, de mãos que a acariciam, de palavras que a interpelam e a amam, as mesmas que a trouxeram à existência. Somos porque fomos amados. Por isso, a pessoa é o ser da palavra e do amor: dizemos algo sobre as coisas, mas falamos com as pessoas*”, concluindo, mais adiante, com a interrogação: “*não é no encontro com o outro que se pode tocar a fímbria do Eterno e fazer a experiência do Outro Transcendente enquanto Outro de todos os outros?*” Borges, A. (2011). *Deus e o sentido da existência*. Lisboa: Gradiva. pp. 51-52.

a concretização do Reino de Deus ou, no dizer de Kant, do reino dos fins. Ao considerarmos a pessoa como fim e não como meio ou instrumento, deixamos de a considerar como *coisa* ou objeto de *coisificação* mercantilista. O princípio da dignidade da pessoa humana aponta para o conceito de alteridade, de respeito pelo outro enquanto único e diferente, oferecendo as condições de possibilidade para a sua existência digna.

2.3 A paternidade como base da fraternidade universal

Iniciamos a abordagem a este aspeto citando o papa Paulo VI na sua *Mensagem para a celebração do IV dia Mundial da Paz* de 1 de janeiro de 1971:

“A verdadeira paz deve ser fundamentada sobre a justiça, sobre o sentido da intangível dignidade humana, sobre o reconhecimento de uma inalienável e feliz igualdade entre os homens, sobre o dogma fundamental da fraternidade humana, isto é, do respeito, do amor devido a cada homem, porque é homem. Emerge com ímpeto a palavra vitoriosa: porque é irmão. Meu irmão, nosso irmão (...) E, também, estamos em condições de apresentar o argumento supremo: o da Paternidade divina, comum a todos os homens, proclamada a todos os crentes (...) Uma verdadeira fraternidade entre os homens, para ser autêntica e obrigante, supõe e exige uma Paternidade transcendente e repleta de amor metafísico, de caridade sobrenatural.”³⁷

A compreensão correta da paternidade de Deus é essencial na fundamentação teológica da fraternidade. Continuaríamos com uma visão monoteísta

³⁷ Paulo VI. (1971). *Paulo VI na sua Mensagem para a celebração do IV dia Mundial da Paz de 1 de janeiro de 1971*. Consultado em: http://www.vatican.va/holy_father/paul_vi/messages/peace/documents/hf_p-vi_mes_19701114_iv-world-day-for-peace_po.html. (s.d.). Obtido em 2 de dezembro de 2011.

veterotestamentária ao considerarmos a paternidade universal de Deus como uma consequência do Seu ato criador. Deus, de acordo com esta perspectiva, é um criador no sentido “metafórico”, uma vez que criou todos os seres. Analisando este conceito numa perspectiva trinitária, o ser humano é criado à imagem e semelhança de Deus para a comunhão. Deus revela-se como Amor, como Trindade, como comunhão, e chama o homem à íntima relação consigo próprio, à comunhão interpessoal, à fraternidade universal. A paternidade faz parte da natureza de Deus: Ele gera o Filho, e este amor com que gera o Filho dá origem a todos no Filho, pelo Filho e com o Filho. Desta forma, todos são criados à imagem e semelhança do Pai e do Filho: “*Por Ele é que tudo começou a existir; e sem Ele nada veio à existência.*” (Jo 1,3) Todos somos filhos no Filho: “*também os predestinou para serem uma imagem idêntica à do seu Filho, de tal modo que Ele é o primogênito de muitos irmãos*” (Cf. Rom 8,29). Entender desta forma a paternidade é ir além do resultado da mera criação. Esta resulta da geração eterna do Filho, no qual são pensados e amados todos os homens criados por amor e participantes, por adoção, da filiação divina. O ser humano não é uma mera “criatura” exterior ao mistério trinitário. A sua razão de ser é a superabundância de vida, de amor, de comunhão que sai do Pai, transborda no Filho, e desemboca no Espírito Santo – o Pai cria, através do Filho, pela força do Espírito Santo.³⁸ Tomamos consciência da paternidade divina e da fraternidade universal a partir da ressurreição de Jesus, uma vez

³⁸ Leonardo Boff afirma: “*a partir del Hijo unigénito todos son hijos e hijas. La teología introdujo la distinción entre Hijo unigénito e hijos/as adoptivos/as para marcar la diferencia entre la fuente divina y sus imágenes y semejanzas fuera del círculo trinitario, en la creación. El Hijo no ha sido creado de la nada, sino engendrado de la substancia del Padre; los demás seres son de la nada, pero en el Hijo y en el mismo movimiento por el que el Hijo fue concebido y nació. Esta adopción no debe entenderse jurídicamente (acto por el que uno asume a un extraño en su propia familia), sino ontológicamente, es decir, de forma real, sin figura ni metáfora. Somos hijos e hijas en el Hijo Jesús (cf 1Jn 3,1).*” Boff, L. (1987). *La Trinidad, la sociedad y la liberación*. Madrid: Paulinas. p. 207.

que Ele chama irmãos aos discípulos quando lhes diz: “*Subo para o meu Pai, que é vosso Pai*” (Jo 20,17).³⁹

Ao olharmos Deus apenas como criador – o grande pai criador de todas as coisas –, a autoridade suprema do universo que age solitariamente no ato criador, corremos o risco de, por analogia, justificar com a autoridade suprema a autoridade terrena numa perspetiva vertical, quer a nível civil quer nível eclesiástico. O paradigma trinitário permite-nos olhar as relações humanas numa perspetiva horizontal. Nele podemos antever a comunhão e a fraternidade universal. Somos todos filhos no Filho e verdadeiros irmãos.⁴⁰ Ao sermos criados por alguém que é trindade, trazemos connosco esta marca relacional que é trinitária, que é comunhão, que é a fraternidade universal. Uma realidade que é ontológica e que se vai realizando já na história, sendo chamados a continuar a concretizá-la no social, no político, no jurídico e no económico.

3. A solidariedade, o dom e a gratuidade como concretizações da fraternidade na encíclica *Caritas in Veritate*.

Enquanto aumenta o preço dos alimentos, a pobreza grassa de forma cada vez mais gritante, não sendo apenas uma realidade dos países subdesenvolvidos mas de todo

³⁹ O mesmo teólogo continua este pensamento: “*el Padre está eternamente engendrando al Hijo, y proyecta simultáneamente con el Hijo a sus hermanos y hermanas creados a su imagen y semejanza. Al amar a las personas como hijos e hijas suyas, el Padre está engendrando, como en un acto único, al próprio Hijo eterno, fruto primogénito de su amor.*” Ibidem p. 208.

⁴⁰ “*El Padre no está nunca sin el Hijo y los hijos e hijas. Cuando renunciamos a esta vinculación, entonces surge el Padre patriarcal, creador de todos, pero solo y único, concepción capaz de ser manipulada políticamente para dar fundamento ideológico al autoritarismo o al «señor, rey o caudillo por la gracia de Dios». (...) A partir de la filiación universal, se puede establecer la sociedad de hermanos y de hermanas, todos hijos e hijas, unidos al Hijo unigénito en comunión de amor con el Padre. La verdadera religión del Padre incluye siempre al Hijo y a los hijos e hijas en el Hijo, impidiendo de este modo las desviaciones autoritarias y las imágenes opresoras de Dios como señor absoluto, juez supremo y padre solitario.*” Ibidem pp. 208-209.

o mundo. A riqueza mundial é cada vez maior, sendo cada vez mais profundo o fosso entre os ricos e os pobres cujo número continua a aumentar. A dignidade humana é negada ao pobre e às comunidades, colocando-se em risco as gerações vindouras.

Sendo o cristianismo uma religião encarnada que se preocupa com o homem na sua vida concreta em sociedade, também a Igreja se preocupou, pela voz de Bento XVI, em questionar e buscar soluções para esta problemática. O progresso não tem sido a solução, a globalização não nos torna mais irmãos. A justiça, a solidariedade e a eficiência não são suficientes para garantir a felicidade do ser humano. No dizer do economista italiano Stefano Zamagni

*“ao lado dos bens de justiça, há os bens de gratuidade (...), portanto, não é autenticamente humana a sociedade que se contenta somente com os bens de justiça”.*⁴¹ Segundo ele, a novidade trazida pela encíclica *Caritas in Veritate* foi que “Bento XVI quis, assim, desafiar um lugar-comum ainda duro de morrer, segundo o qual a ação económica seria algo muito sério e exigente para ser deixado ao contágio dos quatro princípios cardeais da Doutrina Social da Igreja, que são: centralidade da pessoa humana; solidariedade; subsidiariedade; bem comum. Daí a implicação prática com base na qual os valores da Doutrina Social da Igreja deveriam achar espaço unicamente nas obras de natureza social, dado que aos especialistas da eficiência caberia a tarefa de guiar a economia. É mérito dessa

⁴¹ Zamagni, Stefano, *Fraternidad, don y reciprocidad en la Caritas in veritate* consultado em: Zamagni, S. (s.d.). <http://dialnet.unirioja.es/servlet/revista?codigo=5958>. Obtido em 10 de setembro de 2011.

encíclica, certamente não secundário, a contribuição para sanar essa grave lacuna, que é ao mesmo tempo cultural e política.”

No dizer do Cardeal Bertone, na apresentação da encíclica ao senado,

*“A palavra-chave que hoje, melhor que qualquer outra, exprime esta exigência é a da fraternidade (...) Com efeito, enquanto a solidariedade é o princípio de organização social que permite aos desiguais tornar-se iguais através da sua igual dignidade e dos seus direitos fundamentais, o princípio de fraternidade é o princípio de organização social que permite aos iguais ser diferentes, no sentido de poder expressar diversamente o seu plano de vida ou o seu carisma... A Caritas in Veritate ajuda-nos a adquirir consciência de que a sociedade não é capaz de futuro, se se dissolve o princípio de fraternidade; ou seja, não é capaz de progredir, se existir e se desenvolver unicamente a lógica do "dar para ter", ou então do "dar por dever".”*⁴²

A lógica do dom está, ou deve estar presente, em tudo aquilo que diz respeito à pessoa humana. Sendo esta a ideia central da encíclica, afirma Bento XVI que o:

*“desenvolvimento económico, social e político precisa, se quiser ser autenticamente humano, de dar espaço ao princípio da gratuidade como expressão de fraternidade”. (CV 34)*⁴³

⁴² Bertone, T. (2009). *Discursos do Cardeal Tarcisio Bertone sobre a encíclica “Caritas in Veritate” no senado da república italiana em 28 de Julho de 2009.* http://www.vatican.va/roman_curia/secretariat_state/card-bertone/2009/documents em. (s.d.). Obtido em 5 de dezembro de 2011.

⁴³ Bento XVI. (2009). *Caritas in Veritate.* consultado em: http://www.vatican.va/holy_father/benedict_xvi/encyclicals/documents/hf_ben-xvi_enc_20090629_caritas-in-veritate_po.html. (s.d.). Obtido em 1 de dezembro de 2011.

CAPÍTULO II

A Fraternidade: análise pedagógica e didática

1. Oportunidade da temática: a fraternidade

1.1 Do ponto de vista curricular

Uma das unidades apresentadas para o 5º ano no *Programa de Educação Moral e Religiosa Católica* entregue ao Ministério da Educação pelo Secretariado Nacional da Educação Cristã⁴⁴ propõe-se abordar, com o título “A fraternidade”, o tema da fraternidade universal. Tem como ponto de partida um diálogo interdisciplinar, tendo em conta os diversos saberes científicos, humanísticos e religiosos e pretende um diálogo que justifique a vivência de relações fraternas entre todos os seres humanos. Mas porquê a fraternidade?

“Eles também nascem. E crescem. Também amam e esperam. São seres humanos como nós. Também sorriem, mas tristes: a alma afunda-se na negrura da impotência, da dor e da tristeza. Tentam trabalhar. Sofrem demais. Morrem cedo, demasiado cedo. De desnutrição, de falta de água e de higiene e de remédios. De fome. Faltou-lhes tudo.

Eles são os pobres. Aos milhões, cada vez mais. E é uma vergonha para a Humanidade que, quando há possibilidade do mínimo para todos, tantos morram ao abandono da fome. E Deus a perguntar,

⁴⁴ Secretariado Nacional de Educação Cristã. (2007). *Programa de Educação Moral e Religiosa Católica*. Lisboa: Gráfica Almondina. p. 77-84, consultado em: <http://www.dgicd.min-edu.pt/ensinobasico/index.php?s=directorio&pid=24&ppid=3>. (s.d.). Obtido em 4 de janeiro de 2011.

como no princípio a Caim: "O que fizeste do teu irmão?" Como se pode tolerar que ao mesmo tempo que aumenta a riqueza mundial seja cada vez maior o fosso entre os ricos e os pobres, cujo número, com a crise, não cessa de crescer?

São homens e mulheres, aos milhões - muitas crianças -, a quem foi negada a dignidade humana. Este é que é o problema maior da Humanidade, que tem de ter uma solução”⁴⁵.

É assim que Anselmo Borges introduz o tema do futuro da humanidade, referindo-se à encíclica de Bento XVI como um texto de anúncio e denúncia profética, propondo a fraternidade como modelo de resposta e concretização do amor cristão que alie a liberdade e a justiça.

Desde sempre, o pensamento filosófico foi afirmando e compreendendo o Homem como um ser social. Todo o ser humano sente a necessidade de amar e de retribuir o amor que recebe. É este homem, “ser-com-outro”, plasmado na pessoa (humana), que está no centro do cristianismo, como afirma D. José Policarpo ao falar do “*ser humano como capacidade de relação, vocacionado para a descoberta dos outros, para a amizade, para a fraternidade, para a comunhão de amor, para a co-responsabilidade, para a vida em sociedade*”⁴⁶. A este respeito, afirma ainda Joseph Ratzinger: “*O ser humano foi criado com uma tendência primária para o amor, para a relação com o outro. Não é um ser autárquico, fechado em si mesmo, uma ilha na existência. Não, ele é naturalmente relação.*”⁴⁷ O princípio da fraternidade, que para os romanos se referia ao relacionamento de irmãos da mesma família fundamentando o conceito de sociedade

⁴⁵ Borges, A. (2011). *Deus e o sentido da existência*. Lisboa: Gradiva. p. 92.

⁴⁶ Policarpo, J. (1999). A Educação Moral e Religiosa Católica ao serviço da construção da Pessoa. *SNEC/Faculdade de Teologia*, pp. 58-59.

⁴⁷ Ratzinger, J. (2006). *Deus e o Mundo*. Coimbra: Tenacitas. p. 100.

particular na qual se colocavam os bens em comum, modelou a vida da sociedade ocidental. Durante a Idade Média, impulsionadas pela mensagem cristã que perspetivava a fraternidade de maneira universal, surgiram várias associações denominadas fraternidades, lançando as bases para os modernos serviços sociais de assistência. O tripé da Revolução Francesa – Liberdade Igualdade e Fraternidade – revitalizou as relações humanas. No entanto, a Liberdade e a Igualdade, ao reforçarem os direitos individuais, tornaram-se insuficientes para garantir o relacionamento interpessoal, e a Fraternidade ficou limitada a algumas “fraternidades laicas” que agregavam apenas alguns grupos mais restritos, retirando-se-lhe o caráter universal conferido pelo cristianismo. Constatamos, no entanto, que a realização dos princípios da liberdade e da igualdade se revelou incompleta ou mesmo fracassada, conduzindo ao individualismo desagregante ou ao comunitarismo nivelador, como ficou acima exposto.

Na Modernidade, a fraternidade pretende ser redescoberta, nomeadamente com a Declaração Universal dos Direitos Humanos, quer no seu preâmbulo ao referir a “*dignidade inerente a todos os membros da família humana*”, quer no seu artigo 1º, o qual exige dos titulares de direitos “*agir uns com os outros com espírito de fraternidade*”.

Finalmente, o conceito de fraternidade está presente no pensamento de Bento XVI ao considerar que “*A sociedade cada vez mais globalizada torna-nos vizinhos, mas não nos faz irmãos.*” (CV 19) ⁴⁸ e ao afirmar que “*A comunidade dos homens pode ser considerada por nós mesmos; mas, com as nossas simples forças, nunca poderá ser uma comunidade plenamente fraterna nem alargada para além de qualquer fronteira*”.

⁴⁸ Bento XVI. (2009). *Caritas in Veritate*. consultado em: http://www.vatican.va/holy_father/benedict_xvi/encyclicals/documents/hf_ben-xvi_enc_20090629_caritas-in-veritate_po.html. (s.d.). Obtido em 1 de dezembro de 2011.

(...)a unidade do género humano, uma comunhão fraterna para além de qualquer divisão, nasce da convocação da Palavra de Deus-Amor.” (CV 34)⁴⁹

A fraternidade surge, indubitavelmente, fundamentada nos dados da ciência que, cada vez mais, aponta para a fraternidade cósmica, apresentando uma unidade na pluriforme totalidade dos seres – uma unidade que não nega a diversidade. Fundamenta-se, ainda, ontologicamente no princípio da dignidade da pessoa humana que aponta para o conceito de alteridade, de respeito pelo outro enquanto único e diferente, oferecendo as condições de possibilidade para a sua existência digna. É, finalmente, fundamentada no Amor de Deus. O ser humano é criado à imagem e semelhança de Deus para a comunhão. Deus revela-se como Amor, como Trindade, como comunhão, e chama o homem à íntima relação consigo próprio, à comunhão interpessoal, à fraternidade universal. Ao criar-nos, torna-nos irmãos uns dos outros, iguais e orientados para a grande família humana. Desta forma, e ainda partindo de Bento XVI, a fraternidade é a concretização do Amor. A vivência deste princípio é a proposta fundamental do cristianismo. A primeira comunidade de crentes pratica o amor fraterno que se traduz na comunhão a qual, sendo o resultado do espírito exigente do Evangelho (“É este o meu mandamento: que vos ameis uns aos outros, como Eu vos amei” (Jo 15,12)), é vivida por cada um dos elementos da mesma comunidade e entre as comunidades. A experiência da fraternidade verifica-se a três níveis: na comunhão da fé (“todos os crentes”), na comunhão humana ou de corações (“relação afetiva”) e na comunhão económica: “Entre eles não havia ninguém necessitado” (Act 4,34). Esta vivência da fraternidade era sentida desde o início da vida da Igreja, como está presente na *Carta a Diogneto*.⁵⁰ Hoje em dia, a palavra da Igreja através da encíclica de Bento XVI, *Caritas*

⁴⁹ Ibidem.

⁵⁰ Este documento anónimo do século II, precioso fragmento da primitiva experiência cristã e do esforço de diálogo da Igreja com a cultura circundante, poderá mesmo ser

in Veritate, aponta para a necessidade do desenvolvimento integral do ser humano. Este mesmo desenvolvimento deve ter por base o mandamento do amor cristão, concretizado na dignificação de todo o homem considerado como sujeito ativo e responsável da vida social. Mobilizar o valor da fraternidade significa considerar os problemas do social como sendo radicalmente uma questão antropológica (CV 75).

1.2 Do ponto de vista do desenvolvimento psicológico

Tomamos como ponto de partida autores como Piaget, Kohlberg, Fowler e Erikson, entre outros, nas suas propostas de estágios de desenvolvimento.

Piaget – Desenvolvimento Cognitivo ⁵¹

Estádio das operações concretas (7 - 11/12 anos)

O que caracteriza essencialmente este período é o facto de a criança já possuir a noção de reversibilidade, isto é, já conseguir operar, mas somente se estiver na presença dos objetos sobre os quais irá recair a operação. A criança já dispõe de estruturas operatórias que lhe permitem seriar, classificar e numerar.

Estádio das operações formais (11/12 anos em diante)

A partir dos 11/12 anos, o jovem começa a libertar-se do concreto e a raciocinar abstratamente.

De acordo com os estágios de Piaget, a fase em que se encontram os nossos alunos do 5º ano (Estádio das operações concretas) é aquela em que a criança desenvolve a noção de espaço e de tempo e começa a relacionar diferentes aspetos e a abstrair dados da realidade. Depende, no entanto, do mundo concreto para abstrair.

apresentado aos alunos como recurso no desenvolvimento da competência de interpretar e apreciar produções estéticas de temática cristã, de âmbito universal e local. Cf. http://www.snpcultura.org/pedras_angulares_a_diogneto.html. (s.d.). Obtido em 2 de janeiro de 2012.

⁵¹ Piaget, J. (1997). *A psicologia da criança*. Porto: Asa.

Neste período, o egocentrismo intelectual e social (incapacidade de se colocar no ponto de vista de outros) que caracteriza a fase anterior dá lugar à emergência da capacidade da criança de estabelecer relações e coordenar pontos de vista diferentes (próprios e de outrem) e de integrá-los de modo lógico e coerente. É nesta fase que a criança começa a ter a capacidade de interiorização. A fase seguinte, ainda segundo Piaget, é o Estádio das operações formais. A partir dos 11/12 anos, o jovem começa a libertar-se do concreto e a raciocinar abstratamente. Já consegue raciocinar sobre hipóteses, na medida em que é capaz de formar esquemas conceituais abstratos e, através deles, executar operações mentais dentro de princípios da lógica formal. Com isso, adquire capacidade de questionar os sistemas sociais e propor códigos de conduta diferentes. Torna-se capaz de discutir os valores morais dos seus pais e adquire autonomia, construindo os seus próprios valores.

Kohlberg – Desenvolvimento Moral⁵²

Estágio 2 - Hedonismo instrumental relativista

A ação moralmente correta é definida em termos do prazer ou da satisfação das necessidades da pessoa. A igualdade e a reciprocidade emergem como "olho por olho, dente por dente".

Estágio 3 - Moralidade do bom garoto, da aprovação social e das relações interpessoais

O comportamento moralmente certo é o que tem a aprovação dos outros. Trata-se da moralidade de conformismo a estereótipos. Neste estágio, surge a concepção de equidade que permite o entendimento de que é justo dar mais a uma pessoa mais desamparada.

⁵² Biaggio, A. M. (s.d.). *Kohlberg e a "Comunidade Justa": promovendo o senso ético e a cidadania na escola*. Obtido em 7 de janeiro de 2012, de http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0102-79721997000100005&script=sci_arttext.

Fowler – Desenvolvimento Religioso⁵³

Estágio 2 - Fé mítico-literal (7/8 a 11/12 anos)

O grande dom desta fase é a capacidade de narrar a própria experiência. Neste estágio, temos a presença do pensamento lógico. A criança já sabe definir espaço e tempo. Deus torna-se mais pessoal e está relacionado com as atitudes dos pais. A relação com Deus é de reciprocidade.

Estágio 3 - Fé sintético-convencional (11/12 a 17/18 anos)

A experiência de mundo da pessoa vai além da família. Várias esferas exigem atenção: família, escola ou trabalho, companheiros, sociedade, mídia e religião. Deus é visto, geralmente, como companheiro, amigo pessoal. Neste estágio, a dimensão da síntese está ligada à forma como os valores são adquiridos nas suas relações interpessoais e assim sintetizados. É convencional, no que diz respeito à opinião dos outros.

Erikson – Desenvolvimento Psico-Social⁵⁴

4ª Idade - Diligência *Versus* Inferioridade (Idade escolar – 5 a 11 anos)

Nesta fase, a criança tem necessidade de controlar a sua imaginação exuberante e dedicar a sua atenção à educação formal. O prazer de brincar, o interesse pelos seus brinquedos são gradualmente desviados para interesses por algo mais produtivo, utilizando outro tipo de instrumentos para os seus trabalhos que não são os seus brinquedos.

5ª Idade - Identidade *Versus* Confusão/Difusão (Adolescência – 12 a 18 anos)

⁵³ Fowler, J. (1992). *Estágios da fé: a psicologia do desenvolvimento humano e a busca de sentido*. S. Leopoldo: Sinodal/IEPG.

⁵⁴ <http://teoriaspersonalidade.no.sapo.pt/indice1.htm>. (s.d.). Obtido em 7 de janeiro de 2012.

Esta 5ª idade localiza-se na puberdade e adolescência, precisamente no período em que na vertente positiva o adolescente vai adquirir uma identidade psicossocial, isto é, passa a compreender a sua singularidade, o seu papel no mundo.

Refira-se que os alunos no final do 2º ciclo (6º ano), início do 3º (7º ano), se situam na faixa etária dos 11/12 anos. É, portanto, nesta fase de socialização e abertura aos valores morais, que o adolescente é capaz de se colocar na perspetiva do colega e perceber as suas intenções. É o momento em que é capaz de dar início a uma verdadeira cooperação, libertando-se do egocentrismo natural da infância, e de se afirmar na relação com os grupos em que se vai inserindo e que passam a ter um papel importante na sua vida. Será nesta fase que o adolescente tem acesso a um pensamento cada vez mais universalista e fraternal, podendo ser abordadas de forma racional e abstrata as temáticas de cariz social: as injustiças, as discriminações, o amor pelo outro, a solidariedade e o empenhamento social.

O exposto permite-nos concluir ser mais apropriado tratar a unidade letiva “A Fraternidade” no final do 2º ciclo (6º ano) quando o aluno, por se encontrar numa fase de maior capacidade de abstração, de capacidade crítica em relação às regras pré-estabelecidas, abertura ao pensamento do outro, ao grupo e às suas regras, aos valores da solidariedade e da justiça, consegue mobilizar estes valores na construção quotidiana de um mundo fraterno. As metodologias a utilizar devem privilegiar a pedagogia pela descoberta, tendo em conta que o educador pode (e deve) ter um papel fundamental ao estimular a aquisição destes valores.

2. A proposta do Programa ⁵⁵

O ponto de partida para esta análise continua a ser o *Programa de Educação Moral e Religiosa Católica* entregue ao Ministério da Educação pelo Secretariado Nacional da Educação Cristã.⁵⁶ De acordo com este documento, a unidade letiva “A Fraternidade” é proposta para o 5º ano (1º ano do 2º ciclo), prevendo-se a sua lecionação no final do ano, integrada na seguinte sequência⁵⁷:

Viver juntos

- Mudança: oportunidade de novas aprendizagens.
- A Escola: necessidade, importância e função das regras.
- A Escola: diversidade de formas de estar, de pensar, de agir, de se comportar: vantagens e conflitos.
- A Escola, um grupo: o Amor como uma proposta de regra fundamental.
- Valores essenciais para a convivência: o respeito, a paz, a verdade, a justiça, a bondade...
- A Bíblia: características principais.
- A Bíblia: divisões de cada livro e modo citação.
- A Bíblia, Livro Sagrado e Património da Humanidade: valores e atitudes que deve suscitar.

A água, fonte de vida

⁵⁵ Secretariado Nacional de Educação Cristã. (2007). *Programa de Educação Moral e Religiosa Católica*. Lisboa: Gráfica Almondina. p. 77-84, consultado em: <http://www.dgicd.min-edu.pt/ensinobasico/index.php?s=directorio&pid=24&ppid=3>. (s.d.). Obtido em 4 de janeiro de 2011.

⁵⁶ Ibidem, p. 77-84.

⁵⁷ Cf. Secretariado Nacional de Educação Cristã. (2009). *Caminhos de encontro Manual do aluno - EMRC -5º Ano do Ensino Básico*. Lisboa: Fundação Secretariado Nacional da Educação Cristã.

- A água: um bem essencial à vida.
- Funções e importância da água.
- A água, símbolo universal, em contexto religioso.
- O valor da água no Cristianismo: um direito para todos.
- Os direitos e os deveres no Cristianismo (correlatividade).
- As ameaças à água e a vida humana, como valor primordial, ameaçada.
 - A proteção da água, uma responsabilidade de todos (seu uso racional).

Jesus de Nazaré

- Reconhecer que Jesus de Nazaré dava valor a todas as pessoas e defendia a dignidade humana.
 - Reconhecer, como Jesus, que todas as pessoas têm valor e merecem o nosso respeito.
 - Identificar Deus, tal como foi anunciado por Jesus, com a misericórdia, a bondade para com todos, o perdão e o acolhimento de todas as pessoas.
 - Contar com o amor e a ajuda de Deus quando não fui capaz de ser bom e amigo dos outros.
 - Compreender a ressurreição de Jesus, à luz do amor de Deus, que quer a vida e não a morte.
 - Interpretar obras de arte sobre a morte e a ressurreição de Jesus.
 - Analisar textos da Bíblia sobre a morte e a ressurreição de Jesus, retirando ensinamentos para a vida concreta.

- Respeitar sempre a vida, permitindo que cresça e procurando torná-la melhor para si e para os outros.

Promover a concórdia ⁵⁸

- A liberdade, como responsabilidade e direito; seus limites.
- A liberdade, o bem e o mal moral.
- O mal moral e suas manifestações.
- O mal moral e o egoísmo.
- O amor, a proposta cristã.
- O amor, o perdão, a reconciliação e a concórdia.

A fraternidade

- Identificar as razões que fazem com que todos os seres humanos sejam irmãos.
- Distinguir as características e finalidades dos grupos a que pertencem.
- Compreender a necessidade de colaboração e respeito mútuo para o bom funcionamento dos grupos.
- Interpretar textos da Bíblia que nos falam de amizade e de fraternidade.
- Apreciar textos, quadros, músicas e outros elementos que nos transmitem esses mesmos valores de uma forma muito bela.
- Reconhecer, nas pessoas que souberam lutar de uma forma pacífica para que todos fossem tratados da mesma maneira e

⁵⁸ Note-se que as duas últimas unidades tratam em conjunto os três grandes princípios da Liberdade, Igualdade e Fraternidade.

vissem serem-lhes reconhecidos os mesmos direitos, pontos de orientação para o meu comportamento.

- Reconhecer a igual dignidade de todos os seres humanos.
- Trabalhar na construção de um mundo mais fraterno.

Os conteúdos propostos para esta unidade letiva são, de acordo com o referido Programa⁵⁹, assim apresentados:

<ul style="list-style-type: none">• O significado da palavra «fraternidade» e o seu alcance• Somos todos irmãos<ul style="list-style-type: none">➢ Todos somos seres humanos: <i>homo sapiens sapiens</i>➢ Todos somos dotados de razão e consciência (DUDH)➢ Somos todos habitantes da mesma casa: o universo e a Terra são o nosso lar➢ Todos somos filhos de Deus
<ul style="list-style-type: none">• Os grupos onde me insiro<ul style="list-style-type: none">➢ Identificação dos grupos (a família, a escola, a turma, os amigos, a paróquia, a catequese, os escuteiros, etc.)➢ Característica dos grupos: conjunto de pessoas com objetivos comuns, que se juntam para, mais facilmente, atingirem esses objetivos, através de estratégias de atuação comuns, estabelecendo entre si relações➢ Integração nos grupos: colaboração com os outros, aceitação dos outros e das suas características pessoais, disponibilidade para ouvir, participação nas atividades do grupo, etc.➢ Critérios éticos de seleção dos grupos: objetivos a atingir, meios usados, formas de organização do grupo, atitudes e comportamentos.
<ul style="list-style-type: none">• O verdadeiro amigo é um tesouro: Sir 6,5-17• O jejum que agrada a Deus é a fraternidade para com os outros: Is 58,4-11
<ul style="list-style-type: none">• A negação da fraternidade. Quando determinados grupos são discriminados:<ul style="list-style-type: none">➢ O racismo e as suas várias manifestações. Luta contra o racismo e a

⁵⁹ Secretariado Nacional de Educação Cristã. (2007). *Programa de Educação Moral e Religiosa Católica*. Lisboa: Gráfica Almondina. p. 81-82, consultado em: <http://www.dgidec.min-edu.pt/ensinobasico/index.php?s=directorio&pid=24&ppid=3>. (s.d.). Obtido em 4 de janeiro de 2011.

discriminação: Martin Luther King
➤ Os Espirituais Negros (<i>Gospel</i>)
➤ O delito de opinião: quando as pessoas são discriminadas por pensarem de maneira diferente
• Construir um mundo fraterno

Tal como nos é apresentado pelo referido Programa, experiencialmente, a relação de fraternidade começa nos grupos a que os adolescentes pertencem. Procura mobilizar-se nos alunos o valor da solidariedade e da cooperação, em ordem a identificar os valores éticos desses mesmos grupos, de forma a que dignifiquem cada um dos seus participantes. Através da análise de alguns textos bíblicos, da leitura crítica de alguns acontecimentos históricos e sociais, bem como da análise de produções estéticas de origem cristã, pretende-se levar o adolescente a reconhecer os atentados contra a dignidade da pessoa humana e a experimentar a necessidade de mobilizar o valor da igual dignidade de qualquer pessoa e, conseqüentemente, os da fraternidade, da solidariedade e da cooperação, como formas de orientar o comportamento em situações do quotidiano, na construção de um mundo fraterno.

Numa primeira análise, de forma ainda simples, concluímos que a abordagem deste tema identifica a noção “científica” de fraternidade, experiencia este conceito na vivência de grupo dos adolescentes, ilumina este valor com textos bíblicos do Antigo Testamento (Sir 6,5-17 e Is 58,4-11) sobre a amizade, interpreta factos históricos de falência e luta contra a discriminação, ilustrando-os com algumas atitudes concretas (Martin Luther King e Espirituais Negros) e propõe como orientação de todos os seres humanos os valores da fraternidade, da solidariedade e da cooperação.

2.1 Análise crítica ao Programa

Pretendemos, de forma sucinta, analisar criticamente a pertinência dos conteúdos propostos, o modo como são sequenciados e a forma como aparecem hierarquizados, tendo em conta a operacionalização das competências.

1 – *“identificar razões de natureza científica, humanista e religiosa que justifiquem a vivência de relações fraternas entre todos os seres humanos”*. Esta operacionalização ou “objetivo clarificador do processo de construção das competências 1, 7 e 8” pretende apresentar alguns conteúdos de carácter cognitivo. Propõe *“o significado da palavra fraternidade e o seu alcance: somos todos irmãos”*. O princípio da fraternidade é, então, justificado a nível científico: *“Somos todos habitantes da mesma casa: o universo e a terra”* e *“todos somos seres humanos: homo sapiens sapiens”*; a nível antropológico: *“todos somos dotados de razão e consciência (DUDH);* e a nível religioso: *“Todos somos filhos de Deus”*.

Apesar de ser apresentado o significado da palavra fraternidade, fica-nos a questão de saber se estaremos de facto a abordar este conceito ou a justificar o princípio da igualdade ou igual dignidade da pessoa humana. De notar ainda, nesta primeira abordagem, que não é pelo facto de sermos cada vez mais vizinhos (globalização) que nos tornamos mais irmãos: *“a sociedade cada vez mais globalizada torna-nos vizinhos, mas não nos faz irmãos.”* (CV 19). A afirmação, sem mais, de que todos somos filhos de Deus, pode parecer mascarada de catequese apologética, uma vez que a fé está suposta ao fazer-se a afirmação, em termos de conteúdo, de que *“Todos somos filhos de Deus”*. É apresentado, a par do conhecimento científico, um dado que é apenas do campo da fé: pela criação, somos criados à imagem e semelhança de Deus, livres e iguais em dignidade e, em Jesus Cristo, somos chamados filhos de Deus e irmãos de

todos os homens. Conhecer esta verdade da fé é próprio da catequese, sendo propósito da EMRC apresentá-la como núcleo central do cristianismo, através de uma leitura científica, exegética, utilizando os métodos científicos na análise dos textos sagrados que o fundamentam e que estão na base da proposta da Igreja.

2 – “*Organizar um universo coerente de valores, baseado na solidariedade e cooperação em ordem à vida em grupo e à dignificação de cada elemento*”. Esta operacionalização ou “objetivo clarificador do processo de construção das competências 9, 10 e 12” pretende apresentar alguns conteúdos de caráter atitudinal. O tema organizador parece ser a vida em grupo: identificação dos grupos; objetivos dos grupos; integração nos grupos; critérios éticos de seleção dos grupos.

A primeira questão que se coloca ao apresentar estes conteúdos é se serão efetivamente conteúdos. Não serão antes metodologias para aquisição das competências propostas, partindo das experiências vivenciadas pelos alunos na vida em grupo, característica dos jovens de 11 e 12 anos como nos refere Kohlberg no seu 3º estágio? Uma segunda questão é a introdução de novos conceitos – *solidariedade e cooperação* – que não são clarificados. Como se depreende do que fica exposto no primeiro capítulo deste trabalho, a solidariedade e a cooperação são concretizações da vivência do princípio da fraternidade, temática cuja abordagem só posteriormente está prevista, como se pode concluir da análise da sequencialização proposta pelo Programa. No que diz respeito aos critérios éticos de seleção dos grupos, poderemos correr o risco de apresentar a moral cristã como contraposta a outros critérios de ação ou, num pretensão diálogo entre a fé e a razão, apresentar os valores da fé como purificadores da razão.

3 – “*Interpretar textos fundamentais da Bíblia, sobre a relação de amizade e fraternidade, reconhecendo as suas implicações na vida quotidiana*”. Esta operacionalização ou “objetivo clarificador do processo de construção das competências

8, 23 e 24” pretende apresentar alguns conteúdos de carácter procedimental: “*O verdadeiro amigo é um tesouro: Sir 6,5-17*”; “*O jejum que agrada a Deus é a fraternidade para com os outros: Is 58,4-11*”.

Estes conteúdos não nos parecem suficientemente claros. Poderemos considerar como *conteúdo* a citação de dois livros da Bíblia? Não estaremos aqui a confundir a mensagem, a interpretação do texto, a sua exegese, de carácter científico, com o próprio texto em si como conteúdo de fé? Não deveríamos antes considerar estes textos como fonte ou recurso para apresentar conteúdos referentes ao conceito de amizade e de fraternidade no Antigo Testamento? Pensamos que, se se pretende que os alunos tenham como referencial o conceito de fraternidade presente na Bíblia, deveria ser apresentada não só a conceção veterotestamentária, mas também aquela que está presente no Novo Testamento que nos aponta a perspectiva cristã da fraternidade como resultante da encarnação de Jesus Cristo que nos torna irmãos.

4 – “*Interpretar criticamente factos históricos e sociais a partir do reconhecimento da igual dignidade de todo o ser humano*”. Esta operacionalização ou “objetivo clarificador do processo de construção das competências 1 e 6” pretende, igualmente, apresentar alguns conteúdos de carácter procedimental: “*A negação da fraternidade*”; “*quando determinados grupos são discriminados: o racismo e as suas várias manifestações. Luta contra o racismo e a discriminação: Martin Luther King*”.

Parece-nos que, com estes conteúdos, estamos a apresentar um outro conceito: o princípio da igualdade ou igual dignidade da pessoa humana. Este conceito, embora diferente do de fraternidade, foi já identificado no ponto 1. A sua articulação com o tema anterior surge pouco clara, embora aparentemente relevante, uma vez que a consciência da importância do princípio da igual dignidade da pessoa humana é fundamento para a compreensão e vivência do princípio da fraternidade.

Quanto a Martin Luther King será um conteúdo? Não será antes uma experiência motivadora? Não poderíamos utilizar a biografia desta personagem histórica como recurso para apresentar o conteúdo da luta contra o racismo, com o objetivo de descobrir que há formas de combater a discriminação? E a realidade do mundo atual, muito mais próxima dos alunos, onde é apresentada? Onde são referidas as instituições, ONGs e algumas personalidades marcantes que hoje combatem estas e outras formas de discriminação e de injustiça, lutando por um mundo mais fraterno?

5 – *“Interpretar e apreciar Espirituais Negros”*. Esta operacionalização ou “objetivo clarificador do processo de construção das competências 25 e 26” pretende apresentar alguns conteúdos de carácter procedimental e atitudinal: *“Os Espirituais Negros (Gospel)”*.

Poderemos considerar o interpretar e apreciar Espirituais Negros como um objetivo clarificador? Será um conteúdo? Onde se situa na articulação desta unidade? É uma fonte para fundamentar a luta contra a discriminação e o racismo praticado nos Estados Unidos? É um recurso para apresentar aos alunos manifestações artísticas decorrentes da luta contra o racismo praticado nos Estados Unidos, tendo como base a inspiração cristã? Apresentar estes cânticos aos alunos não poderá ser considerado catequese, celebração da fé...? Ao apresentá-los como motivação, não correremos o risco de os descontextualizar, apresentando uma realidade que pouco diz à vivência dos alunos do século XXI?

6 – *“Interpretar criticamente factos históricos e sociais a partir do reconhecimento da igual dignidade de todo o ser humano”*. Esta operacionalização ou “objetivo clarificador do processo de construção das competências 1 e 6” pretende, da mesma forma que o ponto 4, apresentar alguns conteúdos de carácter procedimental: *“O delito de opinião: quando as pessoas são discriminadas por pensarem de maneira*

diferente”. Este conteúdo está já apresentado no supracitado ponto, não introduzido progressos significativos na abordagem da problemática da discriminação.

7 – “*Mobilizar o valor da igual dignidade de todos os seres humanos, da fraternidade e da cooperação para a orientação do comportamento em situações do cotidiano*”. Esta operacionalização ou “objetivo clarificador do processo de construção das competências 1, 9, 10 e 12” pretende apresentar o seguinte conteúdo atitudinal: “*construir um mundo fraterno*”. Faltará, porventura, neste conteúdo, a especificação das formas de concretizar a fraternidade. Parece-nos fundamental clarificar as exigências de fraternidade, tendo por base o seu valor concetual. Sem a referida especificação, pode correr-se o risco de ficar pelas intenções vazias de critérios, ou por uma orientação acrítica. Seria oportuno apresentar com clareza a proposta cristã de vivência da fraternidade nas suas múltiplas concretizações.

3. Planificação da Unidade Letiva: “A fraternidade”

Tendo como base a fundamentação científica, antropológica e teológica do tema proposto, bem como a análise do Programa e a sua avaliação crítica, passamos a apresentar os conteúdos e sua articulação numa unidade letiva que se propõe para o 6º ano.

3.1 Conteúdos

1- Conceito de fraternidade

- Significado da palavra fraternidade: união entre irmãos ou entre todos aqueles que se tratam como tal; a reciprocidade nas suas relações; o amor ou amizade ao outro; a harmonia e a paz resultantes de um relacionamento fraternal; a comunidade que permite defender o interesse dos seus elementos.

- O conceito cristão de fraternidade

- No Antigo Testamento:

O conceito de fraternidade universal começa cedo a delinear-se no Antigo Testamento. Deus, ao criar o género humano, depositou em Adão a aspiração à fraternidade;

- No Novo Testamento:

Com Jesus Cristo, ficam delineados os fundamentos da comunidade fraterna. Ele aperfeiçoou os mandamentos veterotestamentários respeitantes à relação entre irmãos (Mt 5,21-26) e à correção fraterna (Mt 18, 15ss) aberta a todos (Mt 5,47). Em Jesus Cristo, todos são/podem ser filhos de Deus;

- A vivência da fraternidade nas primeiras comunidades Cristãs:

A primeira comunidade de crentes pratica o amor fraterno que se traduz na comunhão. Esta, sendo o resultado do espírito exigente do Evangelho ("Amai-vos uns aos outros, como Eu vos amei" Jo,15, 12), é vivida por cada um dos elementos da mesma comunidade e entre as comunidades.

- A fraternidade, a liberdade e a igualdade

Os princípios da liberdade e da igualdade, apresentados pela Revolução Francesa, faltando-lhes o da fraternidade, reforçaram o individualismo, revelando-se insuficientes para garantir as relações entre os indivíduos e as comunidades.

2- Somos todos irmãos

- Somos objetivamente mais do que irmãos

Participamos de uma fraternidade cósmica e descendemos de antepassados comuns. A humanidade é uma comunidade de irmãos, unida numa sociedade de desiguais. Vivemos uns nos outros. Somos, vivemos e respiramos os mesmos átomos surgidos nos primeiros *nano segundos* do universo.

- Descendemos de antepassados comuns.
- A humanidade é uma comunidade de irmãos.

3- O princípio da dignidade da pessoa humana

- O conceito de pessoa

O princípio da dignidade da pessoa humana aponta para o conceito de alteridade, de respeito pelo outro enquanto único e diferente, oferecendo as condições de possibilidade para a sua existência digna.

- Ser de relação;
- A alteridade;
- O respeito pelo outro enquanto único e diferente;
- A pessoa como fim último.

4- A fraternidade como proposta de relacionamento e de respeito pela dignidade da pessoa

- Enquanto aumenta o preço dos alimentos, a pobreza grassa de forma cada vez mais gritante, não sendo apenas uma realidade dos países subdesenvolvidos mas de todo o mundo. A riqueza mundial é cada vez maior, sendo cada vez mais profundo o fosso entre os ricos e os pobres

cujo número continua a aumentar. A dignidade humana é negada ao pobre e às comunidades, colocando-se em risco as gerações vindouras.

- A pobreza;
- A discriminação;

- A fraternidade como forma de propor uma cultura de relacionamento entre os seres humanos.

5- A paternidade como base da fraternidade universal

- O conceito cristão de filhos de Deus

- Criados por Deus: o ser humano é criado à imagem e semelhança de Deus para a comunhão

- Filhos adotivos em Jesus Cristo: Todos somos filhos no Filho *“também os predestinou para serem uma imagem idêntica à do seu Filho, de tal modo que Ele é o primogênito de muitos irmãos.”* (Rom 8,29).

- O Amor de Deus chama o homem à fraternidade universal:

Deus revela-se como Amor e chama o homem à íntima relação consigo próprio, à comunhão interpessoal, à fraternidade universal.

6- O valor da solidariedade, da justiça, o dom e a gratuidade como concretização da fraternidade

- A Fraternidade convoca outros princípios

- A solidariedade: a capacidade de dar o que temos;

- O dom e a gratuidade: só a consciência da gratuidade nos leva a colocar ao serviço dos outros os dons e talentos que possuímos;

- Interdependência (“depende uns dos outros”);

- Responsabilidade (de *responder* “por si e pelos outros”) recíproca;
- A cooperação (de *com+operar* = “trabalhar uns com os outros”);
- O bem comum (“bem de todos”) – “tratar todos como irmãos”;
- A especial atenção ao mais débil.

3.2 Articulação da Unidade Letiva: “A fraternidade”

Objetivos clarificadores do processo	Conteúdos	Tempo
Conceito de fraternidade		
<p>Conhecer o significado de fraternidade e a forma como foi sendo entendida e vivida ao longo dos séculos e em diferentes situações sociais.</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Significado da palavra fraternidade. • O conceito cristão de fraternidade: <ul style="list-style-type: none"> ○ No Antigo Testamento; ○ No Novo Testamento; ○ A vivência da fraternidade nas primeiras comunidades Cristãs. • A fraternidade, a liberdade e a igualdade. 	45 min

Somos todos irmãos:		
Identificar razões de natureza científica que justifiquem a vivência de relações fraternas entre todos os seres humanos.	<ul style="list-style-type: none"> • Somos objetivamente mais do que irmãos. • Participamos de uma fraternidade cósmica. • Descendemos de antepassados comuns. • A humanidade é uma comunidade de irmãos. 	45 min
A pessoa humana: irrepitibilidade, relacionalidade, identidade e unidade.		
Identificar razões de natureza humanista que justifiquem a vivência de relações fraternas entre todos os seres humanos.	<ul style="list-style-type: none"> • O conceito de pessoa: <ul style="list-style-type: none"> ○ Ser de relação; ○ A alteridade; ○ O respeito pelo outro enquanto único e diferente; ○ A pessoa como fim último. 	45 min
A fraternidade como proposta de relacionamento e de respeito pela dignidade da pessoa		
Interpretar factos e sociais em que não seja reconhecido o conceito de alteridade, de respeito pelo outro enquanto único e diferente, propondo a fraternidade como condição de	<ul style="list-style-type: none"> • A pobreza. • A discriminação. • A fraternidade como forma de propor uma cultura de 	45 min

possibilidade para a sua existência digna.	relacionamento entre os seres humanos.	
A paternidade como base da fraternidade universal		
Conhecer a centralidade da mensagem cristã ao apresentar Jesus Cristo como Filho de Deus e Irmão de todos os homens, reconhecendo no cristianismo, a proposta de fraternidade como concretização do Amor.	<ul style="list-style-type: none"> • O conceito cristão de filhos de Deus: <ul style="list-style-type: none"> ○ Criados por Deus; ○ Filhos adotivos em Jesus Cristo. • O Amor de Deus chama o homem à fraternidade universal. 	45 min
O valor da solidariedade, da justiça, o dom e a gratuidade como concretização da fraternidade		
<p>Compreender a noção de solidariedade, dom e gratuidade como concretização da fraternidade.</p> <p>Sensibilizar-se para a construção de um mundo fraterno tendo em atenção o mais débil.</p>	<ul style="list-style-type: none"> • A Fraternidade exige: <ul style="list-style-type: none"> ○ A solidariedade; ○ O dom e a gratuidade; ○ Interdependência (“depender uns dos outros”); ○ Responsabilidade (de responder “por si e pelos outros”) recíproca; ○ A cooperação (de com+operar = “trabalhar uns com os outros”); ○ O bem comum (“bem de 	45 min

	todos”) “tratar todos como irmãos”. ○A especial atenção ao mais débil.	
--	---	--

CONCLUSÃO

Sendo “A Fraternidade” uma das Unidades Letivas apresentadas pelo *Programa de Educação Moral e Religiosa Católica*, procurámos, em primeiro lugar, debruçar-nos sobre a semântica do conceito e a sua evolução até à atualidade.

Conceito polissémico, a fraternidade tem vindo a ser identificada, na sociedade, com os conceitos de solidariedade, justiça, dom e gratuidade, por designarem atitudes que parcelarmente a concretizam.

Depois de sumariamente termos apresentado alguns contributos para uma definição de fraternidade e de termos procedido a uma sucinta análise histórica da sua evolução, procurámos a sua fundamentação em aspetos de natureza científica, humanista e religiosa, capazes de justificar a vivência de relações fraternas entre todos os seres humanos.

Foi nossa intenção, com a realização deste trabalho, que este se constituísse como uma mais-valia para o desenvolvimento da disciplina de Educação Moral e Religiosa Católica enquanto contributo para a educação integral dos alunos, ao procurar ir além das competências sobre cultura religiosa, estabelecendo um verdadeiro diálogo entre fé e cultura, ao mobilizar valores morais, éticos e religiosos.

O segundo capítulo pretendeu, baseado na reflexão filosófica e teológica da temática “A Fraternidade”, fazer uma análise pedagógica e didática que nos conduziu à proposta de planificação desta Unidade Letiva.

Dada a atualidade do tema, considerámos ser de toda a pertinência a apresentação aos alunos da fraternidade como proposta de relacionamento e de respeito pela dignidade da pessoa e, finalmente, como *“princípio de organização social que permite aos iguais ser diferentes, no sentido de poder expressar diversamente o seu plano de vida ou o seu carisma (...). A Caritas in Veritate ajuda-nos a adquirir consciência de*

que a sociedade não é capaz de futuro, se se dissolve o princípio de fraternidade; ou seja, não é capaz de progredir, se existir e se se desenvolver unicamente a lógica do "dar para ter", ou então do "dar por dever".”⁶⁰

Os conteúdos, fundamentados no primeiro capítulo, são organizados em seis unidades temáticas, tendo em conta objetivos clarificadores do processo, sem a preocupação de articular a unidade letiva com as restantes unidades propostas pelo programa, por não ser esse o objetivo deste trabalho. No que se refere às competências específicas, pouca relevância se lhes dá neste Relatório, uma vez que, no momento presente, o Ministro da Educação, através do Despacho n.º 17169/2011, de 12 de Dezembro, dá por suspensa a aplicação do documento intitulado "Currículo Nacional do Ensino Básico – Competências Essenciais".

⁶⁰ Bertone, T. (2009). *Discursos do Cardeal Tarcisio Bertone sobre a encíclica "Caritas in Veritate" no senado da república italiana em 28 de Julho de 2009.* http://www.vatican.va/roman_curia/secretariat_state/card-bertone/2009/documents em. (s.d.). Obtido em 5 de dezembro de 2011.

BIBLIOGRAFIA

- Almendra, L. (2009). Quem é o meu próximo. *Communio*, XXVI, pp. 145-156.
- Baggio, A. M. (2008). *O princípio esquecido. A fraternidade na reflexão atual das ciências políticas*. S. Paulo: Cidade Nova.
- Bento XVI. (2009). *Caritas in Veritate*.
http://www.vatican.va/holy_father/benedict_xvi/encyclicals/documents/hf_ben-xvi_enc_20090629_caritas-in-veritate_po.html. Obtido em 10 de setembro de 2011.
- Bertone, T. (2009). *Discursos do Cardeal Tarcisio Bertone sobre a encíclica “Caritas in Veritate” no senado da república italiana em 28 de Julho de 2009*.
[http://www.vatican.va/roman_curia/secretariat_state/card-bertone/2009/documents em. \(s.d.\)](http://www.vatican.va/roman_curia/secretariat_state/card-bertone/2009/documents em. (s.d.)). Obtido em 5 de dezembro de 2011.
- Biaggio, A. M. (s.d.). *Kohlberg e a "Comunidade Justa": promovendo o senso ético e a cidadania na escola*. Obtido em 7 de janeiro de 2012, de
http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0102-79721997000100005&script=sci_arttext.
- Bíblia Sagrada* (5ª ed.). (2009). Lisboa/Fátima: Difusora Bíblica.
- Boff, L. (1980). *A ressurreição de Cristo: a nossa ressurreição na morte* (5ª ed.). Petrópolis: Vozes.
- Boff, L. (1987). *La Trinidad, la sociedad y la liberacion*. Madrid: Paulinas.
- Boff, L. (1999). *Saber cuidar: ética do humano – compaixão pela terra*. Petropolis: Vozes.
- Borges, A. (2011). *Deus e o sentido da existência*. Lisboa: Gradiva.
- Bruni, C. (2010). *A ferida do outro. Economia e relações humanas*. Abriagada: Cidade Nova.

- Catroga, F. (2010). *Entre Deuses e céсарes. Secularização, laicidade e religião civil* (2ª ed.). Coimbra: Gráfica de Coimbra.
- Fowler, J. (1992). *Estágios da fé: a psicologia do desenvolvimento humano e a busca de sentido*. S. Leopoldo: Sinodal/IEPG.
- Hoevel, C. (agosto-dezembro de 2009). Hacia el paradigma del don. *Revista Cultura Económica*, XXVII, pp. 83-96.
- João Paulo II. (1982). *Sollicitudo Rei Socialis*.
http://www.vatican.va/holy_father/john_paul_ii/encyclicals/documents/hf_jp-ii_enc_30121987_sollicitudo-rei-socialis_po.html. (s.d.). Obtido em 9 de novembro de 2011.
- João Paulo II. (1991). *Centesimus Annus*.
http://www.vatican.va/holy_father/john_paul_ii/encyclicals/documents/hf_jp-ii_enc_01051991_centesimus-annus_po.html. (s.d.). Obtido em 9 de novembro de 2011.
- Léon-Dufour, X. (1985). Hermano. In X. Léon-Dufour, *Vocabulario de teologia bíblica*. Barcelona: Herder. pp. 381-384.
- Lubick, C. (2006). Ao primeiro congresso internacional de comunhão e Direito, Estudos, N.S, 7, Coimbra, 2006,. *Estudos*, pp. 177-179.
- Martínez, J. (2010). Caritas in Veritate: O desenvolvimento humano integral em tempo de globalização e de crise. *Sal Terrae. Revista de Teología Pastoral*, pp. 73 - 92.
- Paulo VI. (1971). *Paulo VI na sua Mensagem para a celebração do IV dia Mundial da Paz de 1 de janeiro de 1971*.
http://www.vatican.va/holy_father/paul_vi/messages/peace/documents/hf_p-vi_mes_19701114_iv-world-day-for-peace_po.html. (s.d.). Obtido em 2 de dezembro de 2011.

- Piaget, J. (1997). *A psicologia da criança*. Porto: Asa.
- Policarpo, J. (1999). A Educação Moral e Religiosa Católica ao serviço da construção da Pessoa. *SNEC/Faculdade de Teologia*, pp. 58-59.
- Pontifício Conselho Justiça e Paz. (2004). *Compêndio de Doutrina Social da Igreja*.
http://www.vatican.va/roman_curia/pontifical_councils/justpeace/documents/rc_pc_justpeace_doc_20060526_compendio-dott-soc_po.html. (s.d.). Obtido em 5 de dezembro de 2011.
- Ratzinger, J. (2006). *Deus e o Mundo*. Coimbra: Tenacitas.
- Santabárbara, L.-C. (2009). *El Padrenuestro explicado con sencillez*. Santander: Sal terrae.
- Santabárbara, L.-C. (2009). Claves para entender la encíclica Caritas in Veritate. *Coríntios XIII*, pp. 10-21.
- Secretariado Nacional de Educação Cristã. (2009). *Caminhos de encontro Manual do aluno - EMRC -5º Ano do Ensino Básico*. Lisboa: Fundação Secretariado Nacional da Educação Cristã.
- Secretariado Nacional de Educação Cristã. (2007). *Programa de Educação Moral e Religiosa Católica*. Lisboa : Gráfica Almondina. <http://www.dgicd.min-edu.pt/ensinobasico/index.php?s=directorio&pid=24&ppid=3>. (s.d.). Obtido em 4 de janeiro de 2012.
- Silva, J. D. (sd). *Viver o Evangelho servindo a pessoa e a sociedade. Iniciação à Doutrina Social da Igreja*. Coimbra: Gráfica de Coimbra.
- Tosi, G. (2010). Cristianismo social. A fraternidade como categoria (cosmo)política. *Nuova Umanità, XXXII*, pp. 525-547. http://www.vatican.va/roman_curia/secretariat_state/card-bertone/2009/documents em. (s.d.). Obtido em 5 de dezembro de 2011.

Ugalde, T. M. (2009). Substrato antropológico de la encíclica Caritas in Veritate.

Coríntios XIII, pp. 22-44.

Zamagni, S. (2009). Fraternidad, don y reciprocidad en la Caritas in veritate. *Revista*

Cultura Económica, XXVII, pp. 11-20.

<http://dialnet.unirioja.es/servlet/revista?codigo=5958>. Obtido em 10 de setembro de 2011.

WEBGRAFIA

<http://michaelis.uol.com.br/moderno/portugues/index.php?lingua=portugues-portugues&palavra=fraternidade>. (s.d.). Obtido em 8 de setembro de 2011.

<http://teoriaspersonalidade.no.sapo.pt/indice1.htm>. (s.d.). Obtido em 7 de janeiro de 2012.

http://www.cne.pt/dl/1_declaracao_universal_direitos_homem.pdf. (s.d.). Obtido em 2 de novembro de 2011.

<http://www.dgicd.min-edu.pt/ensinobasico/index.php?s=directorio&pid=24&ppid=3>. (s.d.). Obtido em 4 de janeiro de 2012.

<http://www.dicionariodoaurelio.com>. (s.d.). Obtido em 8 de novembro de 2011.

<http://www.infopedia.pt/lingua-portuguesa-aa/fraternidade>. (s.d.). Obtido em 8 de setembro de 2011.

http://www.mppu.org.br/novo/download/pdf/2.5.Fraternidade_cosmopolitica-Esc._JP_prof._Tosi-22.08.11.pdf. (s.d.). Obtido em 2 de setembro de 2011.

<http://www.priberam.pt/dlpo/default.aspx?pal=fraternidade>. (s.d.). Obtido em 8 de setembro de 2011.

http://www.snpcultura.org/pedras_angulares_a_diogneto.html. (s.d.). Obtido em 2 de janeiro de 2012.

http://www.vatican.va/roman_curia/secretariat_state/card-bertone/2009/documents em. (s.d.). Obtido em 5 de dezembro de 2011.

http://www.vatican.va/holy_father/benedict_xvi/encyclicals/documents/hf_ben-xvi_enc_20090629_caritas-in-veritate_po.html. (s.d.). Obtido em 1 de dezembro de 2011.

http://www.vatican.va/holy_father/john_paul_ii/encyclicals/documents/hf_jp-ii_enc_01051991_centesimus-annus_po.html. (s.d.). Obtido em 9 de novembro de 2011.

http://www.vatican.va/holy_father/john_paul_ii/encyclicals/documents/hf_jp-ii_enc_30121987_sollicitudo-rei-socialis_po.html. (s.d.). Obtido em 9 de novembro de 2011.

http://www.vatican.va/holy_father/paul_vi/messages/peace/documents/hf_p-vi_mes_19701114_iv-world-day-for-peace_po.html. (s.d.). Obtido em 2 de dezembro de 2011.

http://www.vatican.va/roman_curia/pontifical_councils/justpeace/documents/rc_pc_justpeace_doc_20060526_compendio-dott-soc_po.html. (s.d.). Obtido em 5 de dezembro de 2011.